

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 29 de abril de 2026

Ata n.º 07

No dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, na SIM – Sociedade de Instrução Musical, em Quinta do Anjo, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO 1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

PONTO 2 – Prestação de Contas 2025

PONTO 3 - Carta Educativa do Concelho de Palmela 2025/2035

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. João Pedro Marçal Fialho Perdigão Leitão, pelo Primeira Secretário Sr. Diamantino de Sousa Pereira e Segunda-Secretária, Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho.

Efetuada a chamada:

Por parte do Partido Chega (CH):

- Sr. Jorge Manuel Abel Faria;
- Sr. João José Correia Mascarenhas de Lemos;
- Sra. Carla Sofia Ramos Inácio;
- Sr. Eurico Luis Borges Paulo;
- Sr. Jorge Manuel Ribeiro Martins;
- Sra. Pandora Natacha Correia de Brito Salvado;
- Sra. Nicole Pinto Serafim;
- Sr. Nuno Alexandre Milheiras Carvalho;
- Sr. Bernardo Burmester Cabral de Noronha e Meneses;
- Sr. André Miguel Félix Mamede.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. João Pedro Marçal Fialho Perdigão Leitão;
- Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix;
- Sr. Álvaro Leonel Passos Rebelo;
- Sra. Dulce Isabel Romão Félix do Nascimento
- Sr. Diamantino de Sousa Pereira;
- Sra. Diana Braga Neves do Nascimento;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. João Alberto Castro Rodrigues;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares;
- Sr. João Miguel Estróia Vieira.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Zoraima Arminda Clemente Cruz Prado;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Mário José Alves de Sousa Brinca;
- Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho;
- Sr. António José de Sousa Nunes da Costa.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD_CDS-PP):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Yolanda Jacira Lourenço da Silva;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques;
- Sra. Natália de Jesus Campos Moreira Alves.

Verificou-se as seguintes ausências:

Por parte do Partido Chega (CH):

- Sr. Eurico Luis Borges Paulo.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. João Pedro Alves Ricardo;

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sra. Presidente Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Vereador Afonso Jorge da Silva Brandão;
- Sr. Vereador José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Vereador Roberto José Lopes Cortegano;
- Sr. Vereador José Paulo Barão Garcia;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Talego;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sra. Vereadora Maria Joaquim Bonacho Antunes.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. Eurico Luis Borges Paulo do CHEGA**, justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. David José da Silva Lourenço** que se encontra presente.

- **Sr. João Pedro Alves Ricardo da CDU**, justificou ausência por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Monica Alexandra Pereira da Costa** que se encontra presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, o **Sr. David José da Silva Lourenço do CH**, **Sra. Monica Alexandra Pereira da Costa da CDU**, após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apenas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O Sr. Presidente da Mesa:

Quero começar por desejar uma boa noite a todos os munícipes que nos assistem em casa e a todos os munícipes que nos assistem aqui, presencialmente.

Um agradecimento especial à SIM pela cedência do espaço, para que hoje possamos estar aqui todos reunidos nesta Assembleia Municipal ordinária descentralizada.

Dou apenas nota de que estamos a descentralizar todas as Assembleias Municipais ordinárias por todas as localidades e freguesias do nosso concelho, com vista a aproximar o poder político das pessoas. E, portanto, apelo e reforço este apelo venham, assistam e participem. Porque? Porque a vossa participação é essencial para reforçar a nossa democracia local.

Quero também desejar uma boa noite à senhora presidente e, na sua pessoa, a todos os vereadores. Desejo igualmente uma boa noite a todos os membros da Assembleia Municipal, aos trabalhadores, à comunicação social e também aos membros desta mesa.

E, portanto, como já é apanágio, dou a palavra à segunda-secretária para efetuar a leitura do edital e, depois, começamos.

Período de Intervenção dos Munícipes

[Parte da ata só disponível para consulta na Assembleia Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

Sr. Presidente da Mesa:

Agora não há mais questões.

E, como já referi, não há diálogo neste momento. Não há diálogo. Houve oportunidade para o público colocar perguntas, os munícipes fizeram as suas intervenções, e entende-se ou não se entende que a senhora presidente respondeu às questões colocadas.

Pronto, vamos continuar, este período está encerrado. Vamos passar ao segundo ponto: o período antes da ordem do dia.

Temos, no entanto, uma ata que temos de colocar à votação: a ata n.º 6, da sessão extraordinária de 16/04/2026.

A ata dispensa leitura, uma vez que já foi previamente distribuída a todos os membros desta Assembleia, na área reservada.

Portanto, coloco a ata à votação, alguma questão relativamente à ata? Não.

Vamos então proceder à votação.

A Ata número seis, de dezasseis de abril de dois mil e vinte e seis, foi aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU e quatro do PPD/PSD. da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP).

Período Antes da Ordem do Dia:

O Sr. Presidente da Mesa:

Relativamente ao munícipe que disse não ter sido esclarecido, dou também nota do seguinte, que acho importante clarificar.

No site da Câmara Municipal constam os e-mails da presidente e dos vereadores. Portanto, podem sempre solicitar atendimento ou enviar questões.

Além disso, também o e-mail da Assembleia Municipal está disponível para todos os munícipes.

As questões que tenham podem ser encaminhadas, sendo posteriormente remetidas para o gabinete de apoio à presidência. Ou seja, o contacto não se esgota aqui. Podem, naturalmente, colocar questões a qualquer momento.

Fica apenas esta nota.

Muito bem, continuando o período de antes da ordem do dia, chegaram à mesa vários documentos para discussão. Foram sete documentos, que passo a ler:

- CDU: moção pela reversão da privatização da AMARSUL e pelo resgate do serviço público de resíduos na Península de Setúbal;
- CDU: moção contra a privatização do transporte ferroviário e pelo direito à mobilidade;
- CDU: saudação pelos 50 anos da Constituição da República Portuguesa, pelos 52 anos da Revolução de Abril e pelo Dia Internacional do Trabalhador;
- PS: moção "Celebrar Abril";
- PS: saudação ao 1.º de Maio – Dia do Trabalhador;
- CHEGA: voto de louvor pelo aniversário da Batalha dos Atoleiros (6 de abril de 1384), 642 anos;
- PSD/CDS: voto de pesar por Lino Gonçalves.

Estes foram os documentos apresentados.

Como é habitual, vamos votar a admissão dos documentos. Pergunto se podemos votar todos em conjunto ou se preferem votar documento a documento.

Podemos votar todos de seguida.

Muito bem.

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Os documentos foram aprovados por unanimidade na sua admissão para discussão e votação.

Muito bem. Pela ordem de entrega, dou a palavra à bancada da CDU para a leitura da moção pela reversão da privatização da AMARSUL e pelo resgate do serviço público de resíduos na Península de Setúbal.

Tem a palavra a CDU.

Moção da CDU "Pela reversão da privatização da Amarsul e o resgate do Serviço público de resíduos na Península de Setúbal"

*Tomou a palavra a **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura** para apresentar a moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (nove do CH, dez PS, sete da CDU, quatro do PPD/PSD.CDS-PP).*

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O Sr. Presidente da Mesa:

Também queria colocar à vossa consideração o seguinte:

Temos sete documentos, que têm todos de ser lidos e discutidos, naturalmente.

Por uma questão de gestão dos trabalhos, queria perguntar se concordam que, em vez de intervenções repetitivas, cada bancada faça uma intervenção única sobre cada um dos temas, tendo em conta que são sete moções.

Alguém se opõe?

Pergunto então se alguma das bancadas pretende usar da palavra relativamente a esta moção.

Fica registado o pedido de intervenção da bancada do CHEGA.

Tem a palavra o senhor Jorge Martins.

O Sr. Jorge Martins do CH:

Cumprimento todos os presentes e também quem nos acompanha em casa, via streaming, na pessoa do senhor presidente.

Tivemos, na nossa sociedade, mudanças culturais e sociais de relevo nos últimos anos. Portanto, soluções pensadas nos anos 80 já não se aplicam nos dias de hoje.

Nós, relativamente a esta moção, vamos votar contra. E porquê?

A AMARSUL funciona muito mal. Não serve as populações, não serve o ambiente, nem serve quem lá trabalha. Apenas não dizemos que não serve para nada, porque ainda assegura alguma recolha de resíduos.

Antes de se falar em nacionalização, é preciso perceber o que se passa na realidade e qual é, verdadeiramente, o problema. Corremos o risco de, ao nacionalizar, transformar a AMARSUL noutro SNS, onde os custos duplicaram em poucos anos, com o mesmo ou até pior nível de serviço ao cidadão.

Não podemos criar mais serviços públicos onde o serviço é tão fraco que obriga quem tem meios a recorrer ao setor privado, deixando os mais vulneráveis sem acesso a um serviço de qualidade mínima. Isso, para mim, é uma vergonha enquanto país.

Não podemos criar mais serviços onde os trabalhadores estão desmotivados e onde o munícipe não é devidamente considerado.

O Sr. Presidente da Mesa:

PPD/PSD.CDS-PP Carlos Vitorino."

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor presidente da Câmara, senhores membros da Assembleia, senhores vereadores, distinto público, comunicação social, funcionários e todos aqueles que nos seguem em casa, cumprimento-vos a todos de igual forma.

Relativamente à intervenção da bancada do CHEGA, pouco mais tenho a acrescentar, a não ser que também iremos votar contra esta moção.

Ainda assim, não nos eximimos de reconhecer que existe, de facto, um problema. Mas esse problema não se resolve com uma nacionalização ou com o regresso a um modelo exclusivamente público. Entendemos que a solução deve ser procurada de forma mais estruturada, nomeadamente em sede de comissão da Assembleia Municipal, articulando com a entidade intermunicipal, de forma a avaliar o que pode ser melhorado na AMARSUL.

Não acreditamos que uma moção que proponha simplesmente o regresso ao serviço público resolva a questão. Isso não resolve.

Reconhecemos que existe um problema e que é necessário analisá-lo e agir sobre ele. Importa também recordar que a privatização ocorreu num governo do PSD, mas que o Partido Socialista também esteve no poder durante vários anos, mantendo-se a situação sem alterações significativas.

Portanto, este é um problema que vem sendo acumulado ao longo de sucessivos governos.

Há ainda outras questões associadas, como a do destino final dos resíduos, nomeadamente o aterro, que também já foi aqui referido e que envolve outros municípios, incluindo Palmela.

Ou seja, há aqui muito trabalho a fazer, muito para debater e, sobretudo, para agir.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Tem a palavra a bancada do Partido Socialista, a senhora deputada Diana Nascimento.

A Sra. Diana Nascimento do PS:

Senhora Presidente da Assembleia, distinta mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, membros da Assembleia Municipal, munícipes que nos assistem aqui e em casa.

O Partido Socialista irá votar a favor desta moção, uma vez que considera que este é o momento de reconhecer que aquilo que tem acontecido na AMARSUL não tem correspondido às necessidades nem dado resposta adequada ao longo dos anos.

Sim, conseguimos perceber que não há uma solução mágica com a simples passagem para o setor público, mas também é evidente que, tal como está, o sistema não funciona bem.

Por isso, é necessário fazer tudo o que for possível para garantir que os munícipes e todos nós tenhamos assegurada a higiene pública e a saúde pública.

Esse é o motivo pelo qual, não estando o serviço a funcionar de forma satisfatória, o Partido Socialista vota a favor.

Obrigada.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Passo então à CDU, Zoraima.

A Sra. Zoraima Prado da CDU:

Muito boa noite a todos e todas os presentes e a quem nos acompanha em casa.

De forma sucinta, permitam-me dirigir assim os cumprimentos.

Queria apenas referir, a propósito da intervenção e da vou-lhe chamar inusitada comparação da AMARSUL com o SNS, trazer aqui à discussão algumas verdades, fazendo o paralelismo a que fomos convidados pela bancada do CHEGA.

O SNS era, em Portugal, um dos melhores do mundo, e devemos ter orgulho nisso. Se deixou de o ser, ou se tem vindo a deixar de o ser, isso deve-se precisamente aos mesmos motivos que aqui são apontados para a AMARSUL: sofre de um subfinanciamento crónico.

E ainda que esse financiamento seja cronicamente insuficiente, também existe uma execução orçamental que fica aquém do que é orçamentado. Ou seja, é subfinanciado.

Importa lembrar que, do Orçamento do Estado, mais de 50% não é canalizado para o SNS, mas sim para prestadores privados que, ao contrário do SNS, não estão sujeitos ao mesmo escrutínio público quanto à qualidade dos serviços que prestam.

Podemos também referir e isto é conhecido que, muitas vezes, quando acabam os seguros no setor privado, as pessoas regressam ao serviço público, que continua a garantir resposta, ainda que subfinanciado.

Por fim, reiteramos aquilo que já referimos na nossa moção: aquilo de que a AMARSUL, tal como o SNS, precisa é de uma intervenção pública séria, transparente e eficaz, com gestão honesta e com um financiamento adequado à dimensão dos serviços prestados.

O setor público já demonstrou, ao longo do tempo, capacidade para ser uma referência de qualidade a nível nacional e internacional.

Diferentemente do setor privado, que, apesar de beneficiar de transferências públicas, nem sempre está sujeito ao mesmo nível de avaliação e escrutínio público.

É isto que a CDU defende: serviços públicos fortes, bem financiados e bem geridos, ao serviço da população. Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Todas as bancadas já tiveram aqui a oportunidade de se pronunciar e, portanto, vamos proceder à votação desta moção.

Aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor (dez do PS, sete da CDU) e treze votos contra (oito do CHEGA e quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

O Sr. Presidente da Mesa:

Segundo documento, CDU moção contra a privatização do transporte ferroviário pelo direito à mobilidade.

Tem a palavra a CDU para a leitura da moção.

Moção da CDU "Contra a privatização do Transporte Ferroviário pelo direito à mobilidade"

Tomou a palavra o Sr. António José de Sousa Nunes da Costa para apresentar a moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (nove do CH, dez PS, sete da CDU, quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Pergunto se alguma das bancadas pretende intervir relativamente a esta moção da CDU.

Registo dois pedidos de intervenção, pela ordem, PPD/PSD, Senhor Luís Marques e, de seguida, CHEGA, Senhor Jorge Martins.

O Sr. Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

Cumprimento toda a mesa, bem como a senhora presidente, todos os vereadores e caros colegas da Assembleia, assim como o público aqui presente e aqueles que nos acompanham em casa. Considerem-se todos cumprimentados. Boa noite.

Quero dizer que o nosso sentido de voto em relação a esta moção é contra. E porquê?

Dou um exemplo muito prático: na semana passada estive em Madrid e verifiquei que grande parte dos transportes, que são muito melhores do que os nossos, funcionam em parceria público-privada. Uma parte é pública, outra parte é privada com gestão concessionada, e outra parte é totalmente pública, funcionando de forma eficiente e muito melhor do que no nosso caso.

Quando aqui se fala em falta de material circulante, isso é verdade. Mas também existe falta de infraestruturas ferroviárias, o que limita a capacidade de colocar mais material circulante em circulação.

Foi referido, por exemplo, o caso da travessia ferroviária do Tejo, gerida pela IP. O que acontece é que a Fertagus precisa de mais "slots" de tempo para fazer circular mais comboios, mas esses "slots" não lhe são atribuídos, porque também a CP precisa de circular e existe apenas uma infraestrutura disponível.

Ou seja, há um conjunto de problemas que não se resolve apenas com a questão da privatização ou da gestão pública do transporte. Não é apenas o material circulante é também a falta de capacidade da infraestrutura ferroviária.

Esta moção tem pontos que são verdadeiros, mas que precisam de ser mais contextualizados e melhor explicados. Não é apenas este o problema.

Por isso, não concordamos com a ideia de que a privatização seja o problema central. Esse não é o único problema. Há vários outros fatores em causa, e este, diria, nem é o mais relevante.

Aliás, em muitas cidades europeias, os sistemas funcionam bem com modelos mistos de gestão pública e concessionada, e isso não é incompatível com bons serviços de transporte.

Tenho dito. Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Senhor Jorge Martins, CHEGA.

O Sr. Jorge Martins do CH:

E nós também vamos votar contra.

Como já tinha referido há pouco, o quadro cultural e social alterou-se significativamente, e isso tem de ser sempre tido em conta, caso contrário nunca conseguiremos resolver os problemas.

Isso ajuda a explicar porque é que muitas das questões que hoje enfrentamos na nossa sociedade não estão a ser resolvidas: porque teorias que funcionavam nos anos 80 já não produzem os mesmos resultados hoje.

Despejar dinheiro sobre os problemas não resolve, não resolve, como vemos de forma recorrente, há necessidade de mais e melhores comboios, de melhorar a oferta ferroviária e de modernizar a rede isso parece ser consensual.

A questão é: como é que isso se concretiza e quem paga?

Para nós, o mais importante são sempre os utentes, os contribuintes e a população. Quando um serviço passa para mãos privadas, isso não pode significar entregá-lo à lei da selva.

Por isso, o Estado, caso opte pela privatização, tem de garantir obrigatoriamente uma melhoria do serviço, ou pelo menos um custo igual ou inferior ao público, garantindo também a salvaguarda dos trabalhadores.

Não deixamos quem trabalha, ou trabalhou, para trás.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Registo mais dois pedidos de intervenção, PS e, depois, CDU, pela ordem.

Tem a palavra o senhor deputado João Estróia Vieira, do Partido Socialista.

O Sr. João Estróia Vieira do PS:

Excelentíssimo senhor presidente, na sua pessoa, permita-me cumprimentar todos os presentes, bem como o público aqui presente e quem nos acompanha em casa.

Peço desculpa por ter mexido na cadeira, que provocou um ranger desnecessário.

Quero aqui desconstruir a intervenção do membro do Partido Social-Democrata nesta questão, porque quando se fala em material circulante, não se está a falar de slots horários, mas sim de carruagens.

Neste momento, a Fertagus, em vez de operar com mais composições de maior capacidade, está a manter, essencialmente, o mesmo número de carruagens, apesar de ter aumentado a frequência de circulação.

O que está a ser solicitado é simples: em vez de um comboio com oito carruagens e outro com quatro, por exemplo, haver dois comboios com oito carruagens, o que permitiria transportar muito mais passageiros.

Não estamos a falar de slots temporais, a questão da cadência não é o problema principal, o problema é o número de carruagens face à procura existente.

Outra questão que queria referir é que, à semelhança do ponto anterior, parece que as bancadas do CHEGA e do PSD partilham a mesma posição: aceitam o sistema atual, mas apenas com melhorias.

Ou seja, estamos a tentar manter tudo na mesma, apenas com a expectativa de que melhore.

Isso não chega para mudar, é preciso fazer diferente.

Era só isso que queria sublinhar.

O Sr. Presidente da Mesa:

Obrigado.

Ricardo Oliveira, bancada da CDU.

O Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

Queria começar por cumprimentar o senhor presidente da Assembleia Municipal e todos os membros desta assembleia.

Cumprimentar a senhora presidente da Câmara, os senhores vereadores, o público que nos acompanha aqui e em casa, os trabalhadores da Câmara Municipal e a comunicação social.

O que me apraz dizer sobre este tema é que, realmente, as intervenções que ouvimos, tanto da bancada do CHEGA como do PSD, parecem não refletir a realidade do nosso concelho.

Temos quatro estações onde, todos os dias, entram milhares de pessoas que fazem o percurso para Lisboa em condições verdadeiramente desumanas.

Há situações em que, por vezes, nem os animais são transportados desta forma, mas pessoas são.

Temos uma empresa, neste caso a Fertagus, que assegura a travessia do Tejo e que, ao longo dos anos de concessão, concessão essa que já foi renovada não realizou qualquer investimento significativo em novas carruagens.

As soluções encontradas passam por material circulante usado, que já não serve noutros países, mas serve para nós.

E isso tem de ser dito com clareza. Está na altura de encontrarmos uma solução.

E, no fundo, a solução acaba sempre por passar pelo setor público, porque o privado é muito interessante quando se trata de receber lucros.

Mas quando é necessário investir, desenvolver e melhorar o serviço, aí o privado recua e escusa-se, porque não quer assumir responsabilidades para além do lucro.

Era isto que queria dizer.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Acho que ficou claro, tanto aqui na sala como para quem nos acompanha em casa, quais são as posições dos diferentes partidos políticos.

Muito bem, vamos então proceder à votação desta moção.

Aprovado, por maioria, com dezassete votos a favor (dez do PS, sete da CDU), doze votos contra (oito do CHEGA e quatro do PPD/PSD.CDS-PP) e uma abstenção do Nuno Alexandre Milheiras Carvalho do CHEGA.

O Sr. Presidente Mesa:

Terceiro documento: CDU- Saudação aos 50 anos da Constituição da República Portuguesa, aos 52 anos da Revolução de Abril e ao Dia Internacional do Trabalhador.

Tem a palavra a CDU."

Saudação da CDU "50 Anos da Constituição da República Portuguesa, os 52 Anos da revolução de Abril e o Dia Internacional do Trabalhador"

Tomou a palavra o Sr. Ricardo José de Oliveira para apresentar a saudação, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (nove do CH, dez PS, sete da CDU, quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Pergunto que bancadas pretendem usar a palavra nesta discussão desta saudação.

PSD/CDS e CHEGA.

A Sra. Yolanda Silva do PPD/PSD.CDS-PP:

Muito obrigada, Senhor Presidente.

Cumprimentar os restantes membros da mesa, a senhora presidente da Câmara e os senhores vereadores presentes, os membros desta Assembleia Municipal, os trabalhadores do Município, a comunicação social, o público presente e também quem nos acompanha em casa.

A saudação relativa aos 50 anos da Constituição da República Portuguesa, aos 52 anos da Revolução do 25 de Abril e ao Dia Internacional do Trabalhador, contém, no nosso entendimento, alguns problemas.

Em relação à Constituição da República, consideramos que deveria incidir sobretudo sobre os direitos, liberdades e garantias fundamentais, bem como sobre a dignidade da pessoa humana, e não tanto assumir, como se verifica em alguns parágrafos da saudação, uma valorização excessiva do poder local, que não traduz plenamente o espírito democrático que a Constituição trouxe ao país.

Temos também outra questão: refere-se uma deliberação. Ora, isto é uma saudação. As saudações não são deliberações. Não se delibera sobre uma saudação.

Ainda assim, importa clarificar que, na prática, as saudações são votadas, tal como os votos de pesar e os votos de louvor ao contrário de recomendações ou requerimentos.

Posto isto, e independentemente dessa questão formal, queremos deixar claro que não deixamos de reconhecer a importância dos temas em causa os 50 anos da Constituição, o 25 de Abril e o Dia Internacional do Trabalhador.

Contudo, entendemos que o texto é confuso e não traduz de forma adequada o significado e a relevância destes acontecimentos.

Por essa razão, vamos abster-nos.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Mais algum pedido de intervenção?

Não registando mais pedidos de intervenção... afinal, regista-se mais um pedido, mas ainda assim, da bancada do Partido CHEGA, que ainda não tinha intervindo neste ponto.

Tem a palavra o senhor deputado João José de Lemos.

O Sr. João José Lemos do CH:

Boa noite.

Começo por cumprimentar o excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal de Palmela, a excelentíssima Presidente da Câmara Municipal de Palmela, os senhores vereadores, os deputados aqui presentes, os representantes dos vários partidos e o público em geral.

Toda a sociedade tem mudado de forma muito significativa, cultural e socialmente.

Alguém pensar que encontrou a solução perfeita, ou o documento perfeito, e que, por isso, é descabido ter interpretações diferentes ou introduzir preocupações sobre o tema, é um entendimento que, na nossa perspetiva, não tem resolvido grande coisa basta olhar para áreas como a saúde, a habitação, a justiça, a imigração ou a pobreza.

A nossa Constituição também tem elementos estranhos desde o seu preâmbulo, onde se refere a intenção do povo português em abrir caminho ao socialismo algo que nenhuma outra constituição europeia inclui, e aquelas que incluíam já o retiraram.

Também contém referências como a abolição do imperialismo, o desarmamento geral ou a dissolução de blocos político-militares, bem como disposições sobre comissões de trabalhadores e organizações de moradores, ou ainda a intenção de eliminação dos latifúndios.

Hoje, no entanto, assistimos até a tendências contrárias, como a concentração de propriedade ou o aumento da dimensão das explorações.

A Constituição de 1976 foi pensada para um país que já não existe e, meio século depois, mantém-nos presos a uma lógica nascida num contexto revolucionário.

Uma boa Constituição é aquela que reconhece a pluralidade de interesses e visões na sociedade e que encara esse conflito de forma democrática, liberal e aberta.

Uma boa Constituição dá voz ao povo.

Por tudo isto, entendemos que é necessário modernizar, atualizar e aproximar a Constituição da realidade, transformando-a num instrumento eficaz de regulação e de concretização das promessas feitas às pessoas ao longo destes 50 anos não apenas de narrativa, mas de resultados.

Tenho dito. Muito obrigado.”

O Sr. Presidente da Mesa:

Tem a palavra a bancada da CDU, Ricardo Oliveira.

Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

Quando olhamos para a nossa Constituição da República Portuguesa, estou convencido de que muita gente não percebe o quão avançada ela é. Foi muito à frente do seu tempo. O problema é que muitas das coisas nela consagradas não foram efetivamente cumpridas nestes 50 anos.

Há ali inúmeros direitos fundamentais e visões sobre o nosso futuro coletivo que ficaram, em grande parte, por concretizar.

Dizer que é um instrumento ultrapassado ou que a sociedade evoluiu sim, a sociedade evoluiu, mas teria evoluído ainda mais se aquilo que está na Constituição tivesse sido cumprido.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Não se registando mais nenhum pedido de intervenção de nenhuma bancada, vamos então passar à votação desta saudação.”

Aprovado, por maioria, com dezassete votos a favor (dez do PS, sete da CDU), e treze abstenções (nove do CHEGA e quatro PPD/PSD.CDS-PP).

O Sr. Presidente da Mesa:

E agora passamos à moção ‘Celebrar Abril’, apresentada pelo Partido Socialista, pelo que solicito que procedam à sua leitura, por favor.”

Moção do PS “Celebrar Abril”

Tomou a palavra a Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix para apresentar a moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (nove do CH, dez PS, sete da CDU, quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O Sr. Presidente da Mesa:

Registo dois pedidos de intervenção, pela ordem Partido CHEGA, João Lemos e depois Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP

O Sr. João José Lemos do CH:

Muito obrigado, senhor presidente.

Cumprimento a mesa, a senhora presidente da Câmara, os senhores vereadores, os membros desta assembleia, o público presente e quem nos acompanha em casa.

O grupo municipal do Chega vota contra a moção apresentada pelo Partido Socialista. Não porque não valorizemos o 25 de Abril de 1974, mas precisamente porque valorizamos a sua dimensão histórica e democrática na totalidade.

A moção apresentada procura, uma vez mais, transformar o 25 de Abril numa celebração parcial, ideológica e incompleta, ignorando deliberadamente que a democracia portuguesa só se consolidou verdadeiramente com o 25 de Novembro de 1975.

Depois de Abril, Portugal viveu um período de enorme instabilidade política e social, conhecido como Processo Revolucionário em Curso, marcado por nacionalizações forçadas, ocupações ilegais, tentativas de controlo da comunicação social e ameaças às liberdades política e económica.

Foi nesse contexto que o 25 de Novembro representou a afirmação definitiva da democracia pluralista, do Estado de Direito e das liberdades fundamentais.

Ignorar o 25 de Novembro é ignorar uma parte essencial da nossa democracia. Ignorar o 25 de Novembro é ignorar o momento em que Portugal rejeitou uma deriva revolucionária e escolheu a democracia representativa. Ignorar o 25 de Novembro é, no fundo, querer contar apenas metade da história.

O Chega entende que o 25 de Abril pertence a todos os portugueses e não pode ser apropriado por uma visão ideológica ou partidária. Celebrar o 25 de Abril é celebrar a liberdade, o pluralismo e a democracia. E isso implica reconhecer todos os momentos que permitiram consolidar essas conquistas.

Por isso, não acompanhamos moções que procuram dividir a memória histórica, omitir factos essenciais e transformar uma data nacional num instrumento político.

O 25 de Abril deve unir e não dividir. Deve representar liberdade, e não uma narrativa ideológica. Deve ser celebrado com verdade histórica.

É por essas razões que votamos contra.

Viva a liberdade, Viva o 25 de Abril, Viva o 25 de Novembro, Viva Portugal.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

PPD/PSD.CDS.PP, Luís Marques.

Obrigado

O Sr. Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

Senhor Presidente,

Relativamente a esta moção sobre o 25 de Abril: celebrar Abril, sim, celebrar Abril sempre. O 25 de Abril é de todos e para todos. Foi feito por todos, independentemente de termos um posicionamento político diferente. O 25 de Abril foi construído por todos, e não apenas por uma secção das forças políticas.

O 25 de Abril é sinónimo de liberdade, de democracia e de responsabilidade. E uma das coisas que, nestes 52 anos passados, ainda falta cumprir são alguns dos verdadeiros ideais do 25 de Abril e daquilo por que se lutou. São essas falhas que aqui assinalamos e que gostaríamos, um dia, de ver devidamente resolvidas.

Por isso, o 25 de Abril é uma data à qual, sem qualquer margem para dúvida, nos associamos.

Quanto ao 25 de Novembro, pegando naquilo que o membro do Chega disse, é outra questão. Uma coisa é Abril, outra coisa é Novembro. Aqui estamos a falar de Abril, e é dessa forma que devemos encarar esta discussão. Associamo-nos, por isso, a esta saudação e a esta celebração.

Ainda assim, faço apenas uma referência ao ponto dois: concordamos com a defesa das políticas públicas, mas, infelizmente, nos últimos anos, o PS não contribuiu muito para essa defesa e até destruiu algumas dessas políticas. Essa é, infelizmente, a única ressalva que aqui deixamos. Não para vos condenar, mas para que possamos refletir em conjunto, porque, como costuma dizer-se, "o que está feito, está feito"; importa agora olhar para a frente.

Abril sempre. Abril é de todos. A liberdade é de todos.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Pergunto se mais alguma bancada pretende usar da palavra?

CDU Ricardo Oliveira, do Partido Socialista Álvaro Rebelo.

O Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

Nós, na bancada da CDU, vamos acompanhar esta saudação.

Realmente, trata-se de uma data maior da nossa história mais recente e não acompanhamos algumas tentativas de reescrever a história, algo que está muito na moda no nosso país, principalmente nos últimos anos. A história foi de uma determinada maneira e, agora, alguém se lembra de acrescentar mais qualquer coisa e dizer que não foi bem assim.

Portanto, a data maior da nossa história recente é, realmente, o 25 de Abril e acompanharemos esta saudação.

O Sr. Presidente da Mesa:

Álvaro Rebelo, Partido Socialista.

O Sr. Álvaro Rebelo do PS:

Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, na sua pessoa saúdo os demais elementos da mesa, Senhora Presidente da Autarquia, Senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal, munícipes aqui presentes e todos os que nos acompanham em casa.

Cumpre-me aqui dizer que fazer uma inversão da factualidade da História é um erro científico e técnico. A História é feita de factualidade. Fazer uma inversão, por favor, Álvaro, pode só aproximar o micro?

Fazer uma inversão do que é celebrar Abril, comparando com o 25 de Novembro, é, no meu ponto de vista, uma inversão da factualidade. A moção assenta sobre o 25 de Abril. Não se trata de questões ideológicas; trata-se de uma data que nos trouxe a liberdade para todos, como disse o elemento do PSD. Trouxe também muitas das garantias que não tínhamos até então.

É verdade que há muita coisa a fazer. É verdade que o Partido Socialista pecou em algumas políticas públicas, mas não podemos descurar que, neste período, o Partido Social-Democrata também contribuiu para estas assimetrias e desigualdades que existem.

Vamos ser sérios, vamos falar em factualidades e assim todos nós entenderemos melhor e contribuiremos para a democracia, em vez de mascararmos a realidade e a factualidade dos fenómenos e dos acontecimentos.

Tenho dito. Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Já todas as bancadas tendo intervindo, vamos passar então à votação da moção do Partido Socialista 'Celebrar Abril'.

Tendo já todas as bancadas intervindo, passamos à votação da moção do Partido Socialista, 'Celebrar Abril'.

Aprovado, por maioria, com vinte e dois votos a favor (dez do PS, sete da CDU e quatro PPD/PSD.CDS-PP, e um de Nuno Alexandre Milheiras Carvalho do CHEGA) e oito votos contra do CHEGA.

O Sr. Presidente da Mesa:

Moção do Partido Socialista, 1º de Maio, Dia do Trabalhador.

Tem a palavra para a leitura da moção.

Moção do PS "1º de Maio – Dia do Trabalhador"

Tomou a palavra a Sra. Diana Braga Neves do Nascimento para apresentar a moção, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (nove do CH, dez PS, sete da CDU, quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Pergunto se alguma das bancadas quer usar a palavra.

Partido Chega, Jorge Faria, PSD também e depois a CDU.

O Sr. Jorge Faria do CH:

Boa noite.

Cumprimento todos os presentes nesta sala e quem nos possa estar a assistir via streaming, na pessoa do senhor presidente desta Assembleia.

O nosso voto vai ser favorável.

O Dia 1.º de Maio, como Dia do Trabalhador, é sempre de louvar e de festejar. Na discussão, na retórica e na teoria, durante 50 anos foi-nos permitido sonhar com o paraíso na Terra. Foi-nos prometido um país onde os trabalhadores poderiam viver bem. Hoje, depois de recebermos uma enormidade de fundos europeus, quase só melhorámos as nossas infraestruturas. Porém, o crescimento económico é muito medíocre, sobretudo quando comparado com os países de Leste que entraram após 2004 e que sucessivamente nos têm ultrapassado.

A baixa produtividade, o elevado endividamento do Estado e das empresas, bem como a falta de mudanças estruturais a pensar nas populações, são barreiras que nos mantêm presos a uma pobreza relativa dentro da União Europeia. Os trabalhadores têm perdido poder negocial e o valor do trabalho na economia tem vindo a diminuir.

Acredito que foram razões ideológicas, e não racionais, que fizeram nascer, em Portugal e na Europa, uma estratégia política de combate ao trabalho, através de uma fiscalidade altamente penalizadora para quem trabalha e para quem emprega.

A indústria radicada em Portugal e no nosso concelho torna-se cada vez menos competitiva no mundo, aumentando a pressão sobre os salários e sobre o valor do trabalho, no sentido da perda do poder de compra dos trabalhadores.

Como se isso não bastasse, recebemos milhares de imigrantes que precisam de um local para viver e não podem ficar ao relento, o que faz aumentar exponencialmente a pressão sobre o preço da habitação.

Os nossos governantes, com palavras doces e políticas assentes em fundamentalismos ambientais, não contentes com isso, aumentam ainda mais o custo da construção de habitação através de regulamentações, proibições e outras medidas excessivas.

Quando comparamos os salários e o custo de vida com os de outros países, ficamos com a certeza de que estamos num caminho preocupante. Os preços aumentam, mas os salários não. E dizem isso aos trabalhadores com razão.

Votamos a favor porque estaremos sempre ao lado de quem trabalha ou de quem trabalhou. Nunca deixaremos os trabalhadores portugueses para trás, mas estas políticas têm de mudar, a bem do trabalhador português.

Viva o 1.º de Maio.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

PPD/PSD.CDS-PP, Carlos Vitorino.

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Referir que o nosso voto vai ser favorável relativamente à saudação do 1.º de Maio.

De facto, é necessário continuar sempre no diálogo e continuar sempre a garantir que haja melhorias na produtividade, melhorias na legislação laboral e também outras formas de melhorar significativamente a produtividade das empresas, que não passam apenas pelas relações laborais, como às vezes nos querem fazer crer.

Nomeadamente, ao nível da justiça, da burocracia e da simplificação de processos tudo aquilo que permita, de facto, que a produtividade em Portugal aumente.

Porquê? Porque um trabalhador português pode ser dos melhores do mundo se estiver no Luxemburgo, na Alemanha ou em França, mas, em Portugal, diz-se que os trabalhadores não produzem. Portanto, há aqui, de facto, algo por que convém continuar sempre a lutar.

Relativamente à premissa histórica, permitam-me apenas uma omissão que está na moção e que eu acho que também a poderia complementar: o papel muito importante que o Partido Socialista teve, na altura, com o apoio do PPD, na luta contra a unicidade sindical e pela democracia sindical.

Acho que esse papel, que o Partido Socialista liderou, era importante que também ficasse aqui plasmado.

De resto, quanto ao diálogo, acho que qualquer alteração à legislação laboral deve respeitar e valorizar os direitos fundamentais dos trabalhadores. Obviamente, porque só com bons trabalhadores teremos boas empresas e só com boas empresas poderemos pagar melhores salários.

Portanto, estamos de acordo.

Viva o 1.º de Maio.

Obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Ricardo Oliveira, CDU.

O Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

Nós, agora que estamos prestes a comemorar o 1.º de Maio, e olhando para a nossa sociedade, entendemos que se revela de vital importância uma grande comemoração desta data e uma forte afirmação daquilo que ela representa: o Dia dos Trabalhadores e a importância de estes estarem unidos em torno de causas comuns, que, no fundo, dizem respeito a todos os trabalhadores.

Mais importante ainda se torna essa união quando vemos, por exemplo, um pacote laboral a ser imposto por este Governo da República, sem consultar todos os parceiros sociais e sem olhar a meios para atingir determinados fins, que nós já percebemos quais são.

Por isso, torna-se fundamental que os trabalhadores estejam unidos e que assinalem este 1.º de Maio, porque as causas são nossas, são de quem trabalha.

Também nós, certamente, temos de nos proteger destas investidas na legislação laboral e garantir que temos, de facto, a possibilidade de construir uma vida melhor, com melhores salários, melhores condições de trabalho e mais perspetivas de futuro.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Passamos então à votação da saudação.

Aprovado, por unanimidade, com trinta votos a favor (nove do CH, dez do PS, sete da CDU e quatro PPD/PSD.CDS-PP).

O Sr. Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

Senhor Presidente, posso só fazer uma interpelação?

Ia propor, uma vez que o dia 1 de Maio é um é um dia unanimemente importante para todos, se poderíamos colocar esta saudação como saudação da Assembleia, em vez de uma saudação do PS, torná-la a saudação da Assembleia Municipal para o dia 1 de Maio para todos os trabalhadores, se assim todos concordarem, claro.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Pergunto se alguém se opõe? Não havendo qualquer oposição, fica registado, e depois os serviços, quando enviarem, já remetem como saudação da Assembleia. votos, mas isso será retificado, porque, neste momento, a bancada do

Só dar nota do seguinte: está em falta um membro do Chega e, há pouco, referimos dez do Chega, só tem nove elementos. Está em falta a membro Pandora. Fica apenas essa nota. Depois, os serviços farão essa retificação na contagem dos votos.

A Pandora teve um problema no trabalho. Como sabem, ela é enfermeira e não vai conseguir chegar a tempo.

Depois terá de enviar um e-mail com a respetiva justificação. É isso.

Pronto, neste momento não pode votar.

Temos agora, do partido Chega, um voto de louvor pelo Aniversário da Batalha dos Atoleiros, de 6 de abril de 1384, assinalando os seus 642 anos.

Tem a palavra a bancada do Partido Chega.

Voto de Louvor do CHEGA "Aniversário da Batalha dos Atoleiros, 6 de Abril de 1384 – 642 anos"

Tomou a palavra o Sr. Jorge Manuel Ribeiro Martins para apresentar o voto de louvor, que ficará apenso à ata, e que foi admitido por unanimidade, com trinta votos a favor (nove do CH, dez PS, sete da CDU, quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

Sobre o voto de louvor foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Alguma das bancadas quer usar da palavra?

PPD/PSD.CDS-PP, depois CDU e depois Partido Socialista.

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:

Ora, muito boa noite a todos.

Referir que iremos votar favoravelmente a moção, se bem que, sempre que tivéssemos uma batalha ganha e uma moção para assinalar, em todas as assembleias teríamos várias, porque, ao longo de 900 anos de história, tivemos, de facto, muitas vitórias e também algumas derrotas.

Aliás, esta batalha ocorreu a 6 de abril, mas, a 9 de abril, o exército português foi derrotado pelos alemães. Perdeu uma batalha, mas não perdeu a guerra. Isto apenas para dizer que, independentemente dessa questão, podemos votar a favor, porque aquilo que consta da moção é factual e verdadeiro.

Ainda assim, gostava apenas de deixar aqui duas ou três correções, que acho que ficariam bem no texto.

Desde logo, D. Nuno Álvares Pereira não inovou propriamente na batalha; aquilo que fez foi adaptar as táticas inglesas de combate enquadrado. Tanto assim é que, em Aljubarrota, os arqueiros ingleses acompanharam a formação portuguesa. Portanto, ele não inovou, mas adaptou e utilizou essas táticas com eficácia.

Depois, relativamente à questão do Tejo, importa também clarificar que não foi apenas D. Nuno Álvares Pereira. Aliás, ele não atravessou o Tejo em batéis para ir ao encontro do Mestre. D. Nuno Álvares Pereira permaneceu em Palmela, na Margem Sul, e foi daí que conduziu uma série de incursões contra os castelhanos.

De facto, os batéis conseguiam, nomeadamente durante a noite, abastecer a cidade de Lisboa, evitando que a fome se agravasse ainda mais numa cidade cercada.

Aliás, relativamente à questão castelhana, D. Nuno Álvares Pereira queria seguir para o Porto e embarcar na esquadra que saiu dessa cidade em direção a Lisboa. Contudo, foi D. João, Mestre de Avis, quem deu indicação para que a esquadra partisse sem esperar por ele. Foi precisamente por isso que D. Nuno veio para Palmela, onde acendeu as almenaras.

Portanto, deixo apenas esta nota para que, caso o texto venha a ser enviado para as escolas, possam ser revistas e corrigidas algumas destas referências, tornando-o mais factual.

Aliás, a melhor obra sobre esta epopeia continua a ser, de facto, a crónica de Fernão Lopes, que relata detalhadamente os acontecimentos da época.

Mas, claro, votaremos a favor, porque foi D. Nuno Álvares Pereira uma das figuras com maior preponderância na consolidação da identidade nacional portuguesa.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Ricardo Oliveira, CDU.

O Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

Bem, a bancada da CDU, relativamente a este tema aqui trazido este voto de louvor irá abster-se.

Independentemente de haver mais ou menos verdade histórica no texto, ou de poderem ser acrescentados outros pontos, não percebemos a relevância de trazer este assunto à Assembleia, porque vitórias tivemos inúmeras ao longo de 900 anos de história.

Aliás, como disse o Carlos Vitorino, do PPD/PSD, se este voto de louvor fosse, por exemplo, sobre os sepulcros neolíticos da Quinta do Anjo ou sobre as grutas aqui da Quinta do Anjo, talvez fizesse mais sentido e tivesse maior relevância, sobretudo estando nós numa Assembleia Municipal descentralizada realizada nesta freguesia.

Realmente, não conseguimos encontrar aqui algo que justifique especial relevo, porque vitórias houve muitas ao longo da nossa História.

Além disso, a sociedade do século XIV era naturalmente muito diferente da sociedade em que vivemos hoje, no século XXI.

Por essas razões, iremos abster-nos.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Obrigado.

Partido Socialista, Maria Clara Félix.

A Sra. Maria Clara Félix do PS:

Bom, primeiro quero agradecer a aula de História. Não sei é se essa aula de História tem o local indicado aqui, nesta Assembleia Municipal de Palmela.

Dito isto, não vou perguntar porque é que a Batalha dos Atoleiros vem hoje a esta Assembleia Municipal, porque tenho a certeza de que me responderiam que foi em abril embora tenha sido em abril de há vários séculos, no século XIV.

Também não percebo a razão de termos hoje aqui esta moção. Sinceramente, não percebo.

Mais ainda: será que, agora que iniciamos este processo, vamos passar a ter de falar de todas as batalhas da História de Portugal?

Aliás, não concordando convosco quando dizem que não se pode falar do 25 de Abril sem falar do 25 de Novembro, aplico agora esse mesmo princípio aqui: então podemos falar dos Atoleiros sem falar de Aljubarrota, que foi muito mais importante?

Peço, portanto, que não entremos por esse caminho.

Naturalmente, vamos votar. Foi um momento histórico de Portugal, um facto relevante da nossa História. Mas entendemos, aqui na bancada, que não faz sentido estarmos a trazer para a Assembleia assuntos de há tantos séculos atrás, sobretudo quando frequentemente nos queixamos de que as assembleias já são demasiado longas.

Uma coisa é evocar acontecimentos históricos contemporâneos, que ainda hoje têm impacto direto nas nossas vidas. Outra coisa é esta sucessão de referências históricas sem ligação concreta à realidade atual.

Muito obrigada.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Vamos então votar o voto de louvor do Partido Chega.

Aprovado, por maioria, com vinte e três votos a favor (nove do CH, dez do PS, quatro do PPD/PSD.CDS-PP) e sete abstenções da CDU.

O Sr. Presidente da Mesa:

E agora temos por último PPD/PSD.CDS-PP, um voto pesar “Lino Gonçalves”.

Voto de Pesar do PPD/PSD.CDS-PP “Lino Gonçalves”

Tomou a palavra o Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino para apresentar o voto de pesar, que ficará apenso à ata, e que foi admitido por unanimidade, com trinta votos a favor (nove do CH, dez PS, sete da CDU, quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

Sobre o Voto de Pesa foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O Sr. Presidente da Mesa:

Sendo este um voto de pesar, naturalmente iremos proceder à votação. No entanto, não sei se os outros partidos políticos da Assembleia Municipal se pretendem associar a este voto de pesar.

Muito bem. Havendo essa vontade, e, não obstante, tem a palavra a CDU Ricardo.

O Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

A bancada da CDU vai associar-se a este voto de pesar.

Entendemos que se trata de uma pessoa com relevância para o PPD/PSD e que, ao nível do associativismo, também desenvolveu um papel fundamental na promoção dos Fazendeiros das Lagameças.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Dulce Nascimento, Partido Socialista

A Sra. Dulce Nascimento do PS:

Boa noite, Senhor Presidente.

Através de si, cumprimento a Mesa da Assembleia Municipal, cumprimento a senhora Presidente da câmara Municipal, e, na sua pessoa, cumprimento os senhores vereadores e as senhoras vereadoras, bem como todos os membros aqui presentes das várias forças políticas, os jornalistas, os munícipes presentes e aqueles que nos acompanham via streaming.

O Partido Socialista associa-se a este voto de pesar, tendo em conta que o senhor Lino foi uma pessoa que contribuiu significativamente para o nosso concelho, quer a nível cultural, quer através de outras participações que teve ao longo da sua vida.

Foi alguém que escolheu Lagameças para residir e desenvolver a sua atividade e a sua ação cultural, nomeadamente ao nível do rancho folclórico.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Bancada do Partido CHEGA, Jorge Faria.

O Sr. Jorge Faria do CH:

Boa noite mais uma vez.

Gostaria de perguntar se todos os partidos se podem associar a este voto de pesar, de forma a que o mesmo possa ser subscrito por todas as forças políticas representadas nesta Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente da Mesa:

Alguma questão?

Não havendo, o voto de pesar sairá, então, como voto de pesar da Assembleia.

Aprovado, por unanimidade, com trinta votos a favor (nove do CH, dez do PS, e sete da CDU e quatro do PPD/PSD.CDS-PP)

O Sr. Presidente da Mesa:

Termina agora a parte das moções, saudações e demais intervenções.

Entramos, portanto, ainda dentro do período antes da ordem do dia, para eventuais questões que queiram colocar à senhora Presidente da Câmara, naturalmente de interesse para o concelho.

PPD/PSD.CDS-PP.

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Já fiz os cumprimentos iniciais e gostaria apenas, antes da questão concreta, de agradecer, a título meramente pessoal, a todos os elementos das diversas bancadas e de todos os partidos que manifestaram preocupação quando do acidente que sofri. Não me sentiria bem com a minha consciência se não o fizesse aqui.

É também importante agradecer aos Bombeiros de Palmela, à GNR e a todas as pessoas que estiveram no local.

Queria ainda deixar um esclarecimento, porque já me disseram isto duas ou três vezes e gostava que ficasse registado: houve quem dissesse que eu tinha sido atropelado e que a pessoa tinha fugido. Não. O senhor estava no local e permaneceu no local, e as próprias autoridades confirmaram essa situação. Convém deixar este reparo para evitar o "diz que disse", que nem sempre corresponde à realidade. Eu próprio corriji isso quando me foi transmitido.

Posto isto, relativamente ao tema que gostaria de ver aqui abordado pela senhora Presidente, prende-se com o Parque Venâncio Ribeiro da Costa, nomeadamente a explanada do castelo.

A explanada, há vários anos, já necessitava de intervenção, mas, por via da tempestade, ficou completamente intransitável e destruída. Gostaria, por isso, de saber em que ponto está a situação e o que está previsto para a reabilitação daquele espaço, que reúne todas as condições para ser um ex-líbris da vila de Palmela.

Por vezes, parece até que passa ao lado, como se não tivesse a devida valorização, quando, na verdade, é um espaço magnífico, que poderia atrair ainda mais visitantes, incluindo pessoas de fora do concelho.

Assim, gostaria de saber, em concreto, o ponto de situação relativamente à remoção de detritos, à reabertura uma vez que, por motivos de segurança, o espaço tem estado encerrado e aos planos de reabilitação previstos.

Aliás, já existe um abaixo-assinado que ainda hoje vi em Palmela sobre este assunto, pelo que considero que este é o local adequado para colocar a questão.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Partido Socialista, Diana Nascimento.

A Sra. Diana Nascimento do PS:

Boa noite, cumprimentar novamente.

Tenho duas questões de escolas diferentes a colocar à Senhora Presidente.

Segundo nos foi transmitido, a Escola Hermenegildo Capelo tem, desde janeiro, na sua cozinha, um problema de avaria do forno e uma avaria parcial do fogão, o que está a inviabilizar a produção da alimentação na escola, obrigando à alteração de ementas e a uma dificuldade de adaptação que já terá sido sinalizada ao Município.

Apesar das férias escolares da Páscoa, a situação ainda não terá sido resolvida. Assim, gostaríamos de saber se já está prevista a sua resolução e em que prazo.

A segunda questão prende-se com a Escola Básica de Aires. Sabemos que, relativamente à climatização, já existe projeto, mas também sabemos que o mesmo tem sofrido atrasos devido à componente elétrica.

Gostaríamos de perguntar se o Município equaciona uma solução intermédia para o verão, eventualmente através de sistemas de refrigeração das salas, uma vez que o ano letivo termina a 30 de junho.

Tanto pais como docentes estão preocupados com as condições de aprendizagem dos alunos nos meses de maio e junho, que são particularmente quentes, havendo professores que referem já estar a concluir a lecionação da matéria, considerando que os alunos poderão não ter condições adequadas para apreender novos conteúdos com as temperaturas que se fazem sentir.

A escola está disponível para equacionar, se necessário, a aquisição de ventoinhas, mas gostaríamos de saber se o Município também poderá colaborar nesse sentido.

Obrigada.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

CDU, Cristina Moura.

A Sra. Cristina Moura da CDU:

A questão que eu gostaria de colocar é referente à ao biotriturador que foi adquirido pelo município.

Dizer o seguinte, que neste princípio deste ano nós tivemos uma tempestade que a em consequência dela tivemos vários danos, nomeadamente 69% das ocorrências resultaram em quedas de árvore.

Paralelamente a termos um programa municipal de execução de Palmela que no verão de 2025 aprovou a aquisição de um biotriturador no valor de 35.000 € em que o objetivo seria dar apoio à manutenção de espaços verdes do conselho de Palmela.

Aquilo que é do conhecimento público é que esse biotriturador está distrito à União de Freguesias de Poceirão/Marateca e que mediante a marcação o referido equipamento pode ser utilizado em terrenos particulares na área da freguesia.

Portanto, eu fico aqui baralhada, foi adquirido para o Conselho de Palmela, mas está a ser utilizado apenas numa freguesia, era a primeira pergunta.

A segunda pergunta é qual é o balanço da utilização deste biotriturador? E quantos resíduos é que já foram e destróçados até à data?

Obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Dulce, PS.

A Sra. Dulce Nascimento do PS:

A minha questão é dirigida à Senhora Presidente do município e prende-se com a rua Luís de Camões, portanto, com rede viária aqui, localizada em Cabanas. Tem-nos chegado efetivamente aqui algumas questões e a Senhora Presidente tem conhecimento sobre o estado desta rua, que tem efetivamente muitos buracos, incluindo e tanto na via pública como nos passeios.

E se efetivamente, tendo conhecimento desta questão, se está previsto e para quando alguma intervenção, a sua intervenção na melhoria das suas condições.

Também colocaria, aproveito para colocar uma outra questão também que em sequência da nossa reunião da Assembleia de Freguesia que ontem decorreu aqui na Quinta do Anjo, em que se prende com a questão, digamos que no tratamento das árvores, a nível do apartamento das abas e uma série de questões a nível das árvores em que, segundo foi transmitido pelo Senhor Presidente.

Havia necessidade que a estava a aguardar que a Câmara efetivamente cedesse uma máquina que lhe chamou de barquinha para poder chegar mais alto às árvores e efetivamente poder proceder às devidas podas, uma vez que nós aqui na aldeia temos efetivamente essa questão que não tem sido assegurada, mas segundo foi passado nesta reunião que decorreu ontem, que efetivamente havia esta, a teríamos que aguardar para que fosse disponibilizado essa máquina para ser executado o devido apartamento das arvores.

Obrigada. Tenho dito

O Sr. Presidente da Mesa:

Jorge Faria CHEGA.

O Sr. Jorge Faria do CH:

Boa noite mais uma vez.

Gostaria de colocar uma questão à senhora Presidente: existe algum plano para a atualização do site da Câmara Municipal de Palmela, no sentido de o tornar mais acessível aos munícipes, nomeadamente através de um "dashboard" com informação mais clara e estruturada?

Dou um exemplo concreto, e estamos sempre disponíveis para colaborar no sentido da melhoria não se trata de uma crítica, mas de uma oportunidade de aperfeiçoamento.

Seria útil, por exemplo, existir um painel na área do urbanismo, por freguesia, com informação sobre o número de processos abertos, o seu estado de evolução e as principais dificuldades associadas, como falta de documentos, pagamento de taxas ou processos em análise.

Um sistema desta natureza permitiria uma leitura mais simples e transparente da informação, possibilitando aos munícipes perceber, de forma rápida, quantos processos estão abertos, em que fase se encontram e quais estão pendentes.

Desta forma, seria possível melhorar significativamente a comunicação e a acessibilidade da informação disponibilizada pelo Município.

Obrigado.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito bem, não registando mais nenhum pedido de intervenção, tenho só também aqui algumas questões gostava de ver também clarificadas relativamente ao Golfo do Montado.

Isto também já foi uma questão que eu levantei na última assembleia relativamente aos carros mal-estacionados na via pública, a após a zona dos Correios, aquilo acaba por ser uma reta ainda com uma distância bastante elevada. Muitas vezes estão ali crianças pequenas a circular e neste preciso momento aquela via que era para ser de duas vias é uma via tendo em conta que os carros constantemente estacionam mal e tem garagens e a minha preocupação aqui é, vai-se esperar que aconteça um acidente, que alguém possa morrer ali, principalmente um bebé, uma criança que esteja ali a circular ou arranja-se uma forma de tirar dali os carros? Eu já tinha dado uma sugestão na última vez. Que era colocar-se pinos de pedra de uma ponta a outra e aí os carros prontos, em cima em cima dos pinos de pedra se calhar é mais difícil, só se aquilo tiver eh algumas hélices para estacionar lá em cima, mas tem que existir aqui alguma solução.

Acho que o adiamento constante não é uma boa solução. Portanto, gostava de perceber como é que essa situação está, se já foi verificado, se tem alguma solução.

Depois é relativamente às lombas, remoção daquelas lombas, porque são lombas que os carros têm que passar na diagonal sob pena de estragar os carros todos e a suspensão do carro e destruir os carros. Portanto, aquelas lombas não cumprem com as normas previstas na lei em termos de dimensão, estrutura. Portanto, como é que isso está? Remover ou redução? É e para quando? Se sim, relativamente ao urbanismo, eu gostava de perceber como é que estão os tempos dos agendamentos, porque também já me chegou de pessoas que dizem que têm que esperar um mês ou dois meses ou muito tempo para conseguirem um primeiro agendamento. E eu gostava de saber como é que estão, como é que está essa situação em termos de celeridade, porque isso é muito relevante do ponto de vista e daquelas pessoas que querem construir habitação aqui ou querem perceber efetivamente se querem investir aqui e que se não existir uma resposta célere vão para outro lado.

Perde-se investimento, perdem-se pessoas e a economia e a coesão social perdem também e gostava de perceber isso.

Relativamente ao movimento associativo, acho que também gostava de perceber esse ponto de situação se existe alguma estratégia da Câmara Municipal de apoio ao movimento associativo. Aquilo que nós ouvimos das pessoas, dos dirigentes, é que se sentem desapoitados.

OK? que existe o regulamento do movimento, do apoio ao movimento associativo, mas estamos a falar, imaginem, de apoio de 1000 €.

Muitas vezes o que estas coletividades precisam não é tanto o dinheiro, o subsídio, o subsídio e às vezes é preciso ensinar a pescar mais do que dar ou tirar dinheiro e isso faz, por exemplo, explicando e apoiando estas coletividades a acederem apoios nacionais ou comunitários que depois podem ter acesso à criação de infraestruturas ou remodelação de espaços. E, portanto, acho que a subsidiação não é uma boa política só por si. Tem que existir efetivamente uma estratégia de apoio nesta natureza e, portanto, gostava de saber

se a Câmara tem isto previsto ou se vai manter aquilo que tem mantido até agora. Portanto, é aquele apoio e nada mais. E logístico naturalmente, mas nada mais neste nesta vertente que eu que eu estou que eu estava aqui a dizer.

Por último, o site o site da Câmara Municipal é um site que acho que também merece atualização. Gostava de perceber como é que isso está previsto, se é que está previsto. E relativamente à parte da Assembleia Municipal, nós somos um menu e isto é importante de referir.

Neste momento a Assembleia Municipal é um menu e, portanto, eu gostaria também de perceber se existe disponibilidade também da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal vir a ter até mesmo um site próprio, como já existe em tantas assembleias municipais do país, porque a Assembleia Municipal não é um menu, é o coração da democracia num município e acho que merece mais dignidade.

O Sr. Presidente da Mesa:

Senhora Presidente, tem a palavra.

A Sra. Presidente da Câmara:

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Em primeiro lugar, relativamente às questões colocadas pelo senhor Presidente da Assembleia, não me levem a mal os membros da Assembleia, mas acho que podemos desejar tudo. No entanto, temos de definir prioridades.

Aceito o repto ou diria até a necessidade de olharmos para o nosso site. Aliás, isso faz parte dos objetivos internos do serviço de comunicação. Temos plena consciência de que é necessário trabalhar a informação de forma diferente no nosso site.

A questão central é, de facto, a disponibilidade de meios técnicos e humanos para o concretizar. Mas já iremos falar de recursos mais à frente. Não é possível a Câmara responder a todas as necessidades. Ainda assim, sem dúvida que este é um desafio.

Não sei se a proposta vai exatamente ao encontro do que foi sugerido pelo senhor membro da Assembleia, Jorge Faria, mas admito que sim: o site tem de ser mais amigável, mais intuitivo e mais objetivo.

Relativamente à questão dos processos, existe já informação disponível na área do urbanismo para consulta por parte dos munícipes. No entanto, não sei se será relevante, para acesso público, apresentar o número total de processos em apreciação. Ainda assim, podemos trazer essa informação à Assembleia, que me parece o espaço mais adequado para o efeito.

Não vinha preparada nesse sentido, mas podemos fazê-lo numa próxima reunião, se for entendido como útil.

Temos, aliás, dados nos nossos relatórios sobre o número de processos que entram na Câmara Municipal, por tipologia, embora não com o detalhe que aqui foi sugerido. Ainda assim, uma reunião específica sobre este tema fará todo o sentido.

Não considero que seja uma questão que se resolva apenas com a melhoria do site é uma matéria de natureza diferente, mas estamos disponíveis para a debater.

Relativamente ao movimento associativo, aproveito para referir que recentemente foi aprovado um aumento significativo dos apoios. Ainda assim, reconhecemos que esses apoios continuam aquém das necessidades de muitas associações.

Recordo, por exemplo, a CIMO, onde nos encontramos, que necessita de apoio, o que é compreensível. A própria SIM reconhece a dificuldade em preparar projetos nesse sentido.

A Câmara dispõe de um Gabinete de Apoio ao Associativismo, cujo objetivo é precisamente apoiar e orientar as associações, nomeadamente na elaboração de candidaturas ao regulamento municipal e a outros mecanismos de apoio.

Essa é, também, a nossa função: ajudar a “ensinar a pescar”. Não creio, por isso, que se possa afirmar que o movimento associativo esteja abandonado. Admito que se possa sempre querer mais, mas a Câmara Municipal de Palmela tem, de forma consistente, uma política clara e visível de apoio ao movimento associativo.

Naturalmente, a disponibilidade financeira varia de ano para ano, mas o esforço financeiro e logístico é significativo, sendo por vezes até criticado por alguns que consideram excessivos os recursos afetos a este setor.

As reuniões de Câmara, quinzenalmente, incluem a identificação de todos os apoios atribuídos ao movimento associativo, o que demonstra transparência e acompanhamento permanente.

Relativamente aos tempos de espera no urbanismo, estamos a implementar medidas para alterar o sistema de marcações, reconhecendo que os tempos de espera são excessivos. É um dos objetivos de melhoria do serviço.

Foi ainda referida uma reunião recente com a Associação de Proprietários do Golfo do Montado, onde foram identificadas questões como lombas, estacionamento indevido e falta de visibilidade. A Câmara está a avaliar a intervenção adequada para aquela zona.

Quanto ao corte de árvores, confirma-se que a Câmara disponibilizou meios para apoiar a intervenção. Existe uma viatura disponível e outra já encomendada, dado que os meios atuais não são suficientes para todas as necessidades. Já está, aliás, a intervenção combinada no local.

Sobre a Rua Luís de Camões, em Cabanas, está identificada como uma das vias que necessita de intervenção, embora não tenha sido considerada das mais urgentes face a outras situações, nomeadamente ao nível do saneamento. Ainda assim, integra a lista de zonas a melhorar.

Relativamente às escolas, na Escola Irmã Maria do Carmo Capelo, a avaria do fogão já foi objeto de requisição e a entrega do novo equipamento está prevista para maio.

Na Escola Básica de Aires, a situação é mais complexa. Não se prevê uma solução intermédia para o verão. A resolução dependerá do projeto global, incluindo a componente elétrica, o que significa que dificilmente estará concluído até junho. Procurar-se-á, ainda assim, apoiar o funcionamento dentro do possível.

Sobre o Parque Venâncio Ribeiro da Costa, amanhã, dia 30, será feita a abertura das propostas no âmbito do procedimento lançado, após convite a várias empresas. Trata-se de um processo necessário, dado que a dimensão da intervenção exige capacidade técnica significativa.

Após a adjudicação, seguirá uma fase de limpeza e estabilização do espaço, incluindo levantamento de danos, revisão de caminhos, avaliação de possíveis aluimentos de terras, requalificação do sistema de rega e replantação adequada.

O procedimento em causa é de cerca de 60 mil euros apenas para a remoção inicial.

Relativamente ao biotriturador, existe um equipamento adquirido no âmbito do PRR, localizado no Poceirão, destinado sobretudo a zonas rurais, embora com vocação para utilização no concelho. A sua utilização será analisada caso a caso, estando a ser avaliado o respetivo plano de funcionamento.

Creio que respondi ao essencial.

Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia, disse.

Período da Ordem do Dia

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Passando então para o período da ordem do dia, temos três pontos.

O ponto um diz respeito à Informação da Senhora Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Este ponto não é objeto de votação, tratando-se apenas de uma informação prevista na lei.

Assim sendo, tem a palavra a Senhora Presidente.

PONTO 1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

Durante os meses em análise, o Executivo continuou a reunir com os diferentes serviços e a visitar edifícios municipais, numa ação de diagnóstico determinante para a planificação de uma reestruturação orgânica e de investimento em instalações, equipamento e recrutamento. Estes meses ficaram marcados, também, pela realização do OIL *Summit*, evento de encerramento simbólico da Operação Integrada Local (OIL) Poceirão – Marateca, numa sessão em Fernando Pó que reuniu as entidades envolvidas e permitiu refletir sobre o que foi concretizado e como dar sequência às dinâmicas de parceria. Os efeitos das tempestades de inverno fizeram sentir-se em todo o território e alteraram planos de trabalho, priorizando-se a limpeza de estradas e caminhos, manutenção do espaço público e reparação de múltiplos danos em edifícios e equipamentos municipais.

Teve início em fevereiro, no Poceirão, o périplo anual do projeto participativo “Semanas das Freguesias”, que prosseguiu em março, com Palmela. Além das habituais reuniões entre executivos, das reuniões e atendimentos descentralizados e das visitas a obras, empresas e outros agentes locais, os programas deste ano apresentam duas novidades, que reforçam os laços com a comunidade: reuniões com o Movimento Associativo da Freguesia, para auscultação e reflexão sobre temas como o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo ou a criação de sinergias, e visitas ao Comércio Local.

Internamente, a Formação continua a assumir um papel central na valorização pessoal e profissional das/os trabalhadoras/es, bem como na preparação das equipas para novos desafios. É o caso da Cibersegurança, das alterações ao Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, da nova plataforma informática do Sistema de Avaliação de Desempenho ou da capacitação para apoio a alunas/os com Necessidades Educativas Específicas, dando continuidade à formação para Assistentes Operacionais em funções nas escolas. Entretanto, teve início mais um processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), com a participação de 21 trabalhadoras/es que pretendem concluir o 12.º ano, através de um sistema alternativo ao percurso escolar.

No âmbito da preparação de comunidades mais resilientes e com cultura de segurança, o Município organizou um simulacro de sismo na Escola Secundária de Pinhal Novo e, através da Academia de Proteção Civil, realizou ações de sensibilização sobre manuseamento de extintores para as IPSS, nos quartéis das três Associações de Bombeiros.

Na área da Educação, com várias intervenções e projetos em curso, destaca-se, neste período, a requalificação do espaço desportivo e da sua envolvente, bem como ampliação da cobertura exterior lateral na Escola Básica e Secundária José Saramago (OIL). Está concluída a instalação de toldos na EB Aires e em preparação o procedimento para beneficiações diversas e adaptação à instalação elétrica. O projeto de requalificação do logradouro da EB Alberto Valente (Pinhal Novo) encontrava-se em elaboração, bem como o projeto relativo à impermeabilização da cobertura da EB Cajados. Foi, entretanto, lançado concurso para a requalificação da cozinha da EB Olhos de Água 2. No quadro da OIL, procedeu-se à entrega de material lúdico e mobiliário nas escolas e jardins-de-infância do Agrupamento José Saramago, e concluíram-se as ações de capacitação para docentes. O PIPSE Palmela – Programa de Promoção do Sucesso Educativo está em implementação, tendo-se registado o lançamento de vários procedimentos, para desenvolvimento de estratégias municipais de acolhimento e integração, terapia da fala e apoio psicológico.

Entre as muitas atividades desenvolvidas pela Unidade Móvel de Saúde, salienta-se a participação de 250 pessoas no “Rastreio do Cancro do Colón e Reto”, no âmbito do Dia Mundial Contra o Cancro. Nas instalações das Unidades de Saúde do Concelho, continuaram as ações de conservação diversa. Merece referência a instalação de 24 equipamentos de climatização, sem enquadramento nas competências transferidas, mas essenciais para a melhoria das condições de trabalho e atendimento. Está concluída a requalificação da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Águas de Moura, com algumas anomalias detetadas, ainda a corrigir pela empresa, enquanto continua a obra em Poceirão (OIL). Pela segunda vez, a Associação

Nacional de Gerontologia Social atribuiu a Bandeira de Mérito Social à Câmara Municipal de Palmela, destacando o Serviço de Teleassistência.

Relativamente à implementação da Estratégia Local de Habitação, a empreitada de conceção-construção de 21 fogos em Águas de Moura recebeu visto do Tribunal de Contas para avançar, e foi consignada a empreitada de reabilitação de um edifício, com um fogo, no Centro Histórico de Palmela. Para a mesma área urbana, foram contratadas as empreitadas de conclusão do Centro de Investigação do Património Cultural (antigo edifício da GNR de Palmela) e de reabilitação do edifício Palmela Conquista (antigo edifício PAL).

Mantém-se o esforço de infraestruturização de zonas periurbanas, com várias empreitadas a decorrer, sendo de registar a conclusão da infraestruturização da Rua dos Amigos (Lagoinha). Na rede viária, terminou a primeira fase de requalificação da Av. do Caminho de Ferro (Cabeço Velinho), bem como a pavimentação da Rua da Ponte (Palmela) e a requalificação da Rua El Rei D. Dinis (Quinta do Anjo). Avançou, entretanto, a construção do troço de ciclovía de ligação Quinta do Anjo – Cabanas (CICLOP7, Rede Ciclável da Península de Setúbal), bem como a requalificação da Praceta Antero de Quental (Quinta do Anjo). Na sequência das intempéries, as equipas asseguraram múltiplas ações de limpeza e desobstrução de estradas e valas e reposição das condições de circulação.

A Câmara Municipal voltou a assinalar o Dia Mundial da Floresta, com ações de plantação de espécies autóctones e caminhadas com interpretação da flora local, para a comunidade educativa e população interessada. Na continuidade do projeto “CicloExpresso – Comboio de Bicicletas”, manteve-se o serviço na EB António Matos Fortuna (Quinta do Anjo) e alargou-se à Freguesia de Pinhal Novo, envolvendo as EB Alberto Valente, Salgueiro Maia e João Eduardo Xavier e a EB 2,3 José Maria dos Santos.

A população tem respondido de forma positiva ao investimento na recolha de biorresíduos, registando-se a entrega de uma viatura elétrica para recolha e a realização de uma ação de formação para motoristas e cantoneiras/os. O reforço da rede resultou em novas adesões neste período: 437 na modalidade porta-a-porta e 1.747 por proximidade.

Foi lançado concurso para o reforço estrutural das paredes e correção da cobertura da Casa Capelo, no Castelo de Palmela. Na Igreja de Santiago, esteve patente a exposição “Angola: saberes em movimento”, em parceria com o projeto *Know.Africa*, da Universidade de Évora, que abordou, entre outros temas, as expedições científicas de Hermenegildo Capelo. A exposição “Movimento Cooperativo no Concelho de Palmela – Coopinhal” esteve em itinerância no Centro Comunitário de Águas de Moura e no Centro Cultural de Poceirão. O Museu – A Estação foi apresentado na BTL – *Better Tourism Lisbon*, a convite da Rede Nacional de Turismo Industrial, tendo-se realizado, também, a visita guiada “Memórias ferroviárias na vila de Pinhal Novo”, integrada na agenda anual da Rede, e mais uma edição das “Férias a Crescer” – Páscoa, sob a temática ferroviária.

Na Rede Municipal de Bibliotecas Públicas, regressaram as conversas literárias “365 Dias de Romance” e a apresentação de livros, com a presença das/os autoras/es. No âmbito do projeto “Conversas sem Margens”, a escritora Shahd Wadi apresentou o livro “Chuva de Jasmim”, acompanhada pela exposição “A questão Palestina: o essencial” e conversa com o jornalista José Manuel Rosendo. Integrada no projeto “Palmela é Música”, decorreu a primeira sessão da iniciativa “Música na Biblioteca”.

As comemorações do Dia Mundial do Teatro contaram com uma programação diversificada, com 25 atividades – muitas protagonizadas pelos grupos de Teatro do Concelho - e cerca de 1.350 participantes. A Passos e Compassos realizou, com o apoio da Câmara Municipal, o 2.º Festival “Primeiros Passos”, com um programa de colóquios e espetáculos que convidaram a pensar e celebrar a arte para a primeira infância. Nas freguesias rurais, o Centro Cultural de Poceirão foi palco de mais uma “Noite de Serenatas”, numa organização municipal com as associações residentes, e a encerrar o projeto “Acordeão” (OIL), o espetáculo “Ópera Popular” envolveu a Orquestra de Acordeões do Poceirão, o Coro Comunitário de Águas de Moura com Celina da Piedade, o grupo de percussão Mar a Tocar e o *hip hop* da Associação de Cultura e Desporto do Poceirão.

No Centro de Recursos para a Juventude de Quinta do Anjo, abriu ao público o espaço desportivo multiusos, com campo de *street basket* e *skate park*. Ao longo de todo o mês de março, a 31.ª edição do “Março a Partir” proporcionou um vasto programa de atividades, dinamizadas pela Câmara Municipal, em parceria com associações juvenis, grupos informais de jovens e entidades locais com trabalho na área da juventude. Destaca-se o encontro de convívio e reflexão em torno do associativismo juvenil, no Moto Clube de Palmela.

Na área do desporto, concluiu-se a instalação do piso modular no Polidesportivo do Bairro da Cascalheira (Pinhal Novo) e a cobertura de dois dos campos de Padel de Pinhal Novo, e estava em curso a empreitada de requalificação das instalações desportivas do Clube Desportivo e Recreativo Águas de Moura (OIL). No que respeita a atividade, além dos projetos regulares e dos programas de desenvolvimento desportivo das modalidades, importantes eventos mobilizaram centenas de desportistas e entusiastas, como a Fase Final Distrital Sub 14 masculinos e femininos de basquetebol, o 5.º Prémio Juvenil de Ciclismo do Concelho de Palmela ou mais uma edição do Troféu Internacional da Arrábida, que reuniu mais de uma centena de ciclistas profissionais de equipas nacionais e estrangeiras.

Sob o lema "Palmela, Destino de Natureza", o território marcou presença na BTL, colocando em evidência marcas como "Arrábida Reserva da Biosfera", "Apaixone-se por Palmela" ou "Palmela Experiências com Sabor", que correspondem a importantes eixos estratégicos de desenvolvimento turístico. Sublinha-se o forte envolvimento dos parceiros locais na animação do evento e a promoção do calendário "Palmela em Festa 2026". Dando continuidade à cooperação com o Município de Silves, assegurou-se a participação na 10.ª "Mostra Silves – Capital da Laranja", com um *stand* partilhado com o território anfitrião. A Associação de Municípios Portugueses do Vinho realizou, em Palmela, o Fórum Regional de Setúbal 2026, dedicado ao enoturismo sustentável e, no encerramento de mais uma ação OIL, realizou-se o seminário "Comida em casa – pequenos negócios de caráter familiar", título do projeto dinamizado com a Associação Industrial Portuguesa, que pretendeu apoiar a criação de negócios de produção doméstica no setor da alimentação.

A encerrar o mês de março, a 30.ª edição do Festival Queijo, Pão e Vinho superou as expectativas com vendas recorde e 22 mil visitantes nacionais e internacionais. A ARCOLSA – Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida organizou o certame, com apoio financeiro, técnico e logístico da Câmara Municipal, numa grande operação, que envolveu muitas equipas e dignificou, uma vez mais, os melhores produtos da região.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Alguma das bancadas pretende fazer alguma questão relativamente a este ponto?

Todos tiveram a oportunidade de ler o documento, certo? também estava na área reservada, por isso...

Partido Socialista Álvaro Rebelo.

O Sr. Álvaro Rebelo do PS:

Muito boa noite mais uma vez, queria deixar aqui umas breves recomendações relativamente ao ponto sete, segurança e ações sociais. Julgo que haja aí um lapso na designação ações sociais e será ação social.

O relatório que hoje analisamos reflete do trabalho contínuo deste município. Contudo, enquanto partido comprometido com o futuro de Palmela, entendemos que o nosso papel não é apenas de gestão do quotidiano, mas o da procura constante pela excelência.

É com espírito construtivo que apresentamos hoje um conjunto de recomendações que visam transformar trivialidades detetadas em novas oportunidades de eficiência. No que diz respeito à proteção da população idosa, orgulhamos da bandeira de mérito social, mas o mérito exige manutenção.

Não podemos permitir que a falta de dispositivos trave a expansão da teleassistência. Por isso, recomendamos o reforço imediato do estoque de equipamentos e a integração de novas tecnologias de motorização. Queremos uma lista de espera zero onde a tecnologia chegue antes da emergência.

Relativamente à coesão social e emergência social, os números do SAS e do radar social mostram que a pressão sobre as famílias tem vindo a aumentar.

A nossa resposta não se pode ser apenas reativa e paliativa, tem que ser estrutural. A criação de um fundo municipal de emergência social, por exemplo, para respostas rápidas para os impérios e o reforço das equipas móveis de radar social pode ser a solução.

Precisamos de estar no terreno, freguesia a freguesia, antecipando a rotura social antes que ela aconteça.

Quanto ao planeamento e obras públicas, as condições climatéricas são um desafio, mas não podem ser uma constante justificação e recorrente para os atrasos em obras fundamentais, como o Jardim de infância "A Cegonha".

A incorporação obrigatória de planos de contingência e cláusulas de mitigação do risco nos novos contratos deve ser obrigatória. A gestão pública moderna existe perversidade. Precisamos de mecanismos que garantam que as obras avancem independentemente do tempo, com fiscalização técnica rigorosa e transparente.

Por fim, detetamos, defendemos sempre que cada euro público investido em apoios instituições deve ter um retorno social visível e mensurável, a definição de critérios indicadores de impacto claros para todos os apoios não financeiros.

Queremos valorizar quem trabalha bem com base em dados e na avaliação pública dos resultados. Palmela exige de nós rigor plenamente a capacidade de execução.

Estas recomendações serão o combustível para que seja mais ágil, para que uma governação seja mais ágil e mais próxima das pessoas. Estamos aqui para construir, para elevar o padrão e para garantir que ninguém fica atrás por falta de planeamento.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado. PPD/PSD.CDS-PP, Luis Marques.

O Sr. Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Pegando aqui no relatório de atividades, há várias menções, há várias atividades.

Nós estamos a falar da atividade, que correspondem à OIL- Operação Integrada no âmbito do PRR e eu já tinha feito aqui essa referência, se era possível, perceber o estado da execução do PRR, em que fase é que é que estamos, o que é que já conseguimos fazer, dado que estamos a 4 meses de terminar o prazo, estipulado pela comunidade Europeia para terminarmos todas as obras e eu já tinha feito esta questão.

Se não estou em erro na Assembleia passada, se era possível nos dar um Excel, qualquer coisa, um relatório resumido com as obras executadas daqueles 60, 66, não me recordo agora, qualquer coisa pontos que estavam no âmbito...

O Sr. Presidente da Mesa:

Peço desculpa interromper, já chegamos à meia-noite e, portanto, tenho que pôr à votação.

O Sr. Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

Termino já.

Gostaria apenas de saber se seria possível, numa próxima Assembleia ou através de outro meio, enviar aos deputados um relatório do estado de execução: o que está feito, o que não está feito, o que ainda falta fazer e aquilo que ainda será possível concretizar ou não.

Obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito bem. Vamos votar a continuação dos trabalhos, uma vez que já é meia-noite.

Portanto, a continuação dos trabalhos foi aprovada por maioria com 17 votos a favor e 13 votos contra do PPD/PSD.CDS-PP e CHEGA.

Portanto, Senhora Presidente, queira, por favor, continuar ou neste caso responder às questões que lhe foram colocadas.

A Sra. Presidente da Câmara:

Pois, Senhor Presidente, relativamente à primeira questão colocada pelo senhor membro da Assembleia da bancada do Partido Socialista, senhor membro Álvaro, penso que me perdi um pouco, porque não acompanhei bem o ponto que identificou. Na sua intervenção referiu segurança e apoios sociais, ou ações sociais penso que a designação correta será ações sociais, admitindo que possa ter havido aqui um lapso.

Referiu ainda um número, mas confesso que não consegui enquadrar a questão, pelo que terei de a rever com mais atenção.

Relativamente à segunda questão, mais específica, posso dizer o seguinte: optei por não fazer uma descrição exaustiva daquilo que foi feito, ainda que de forma sintética, mas é possível neste momento referir que a OIL está executada em cerca de 90%.

Estamos a falar de um investimento global de cerca de 6 milhões de euros, sendo que os últimos 10% dizem respeito essencialmente à conclusão dos autos de obra, o que apenas ocorrerá no final do processo. Prevê-se a execução a 100% até ao final de maio.

Esta ligeira alteração de prazo acabou por ser importante, também para compensar o impacto das condições meteorológicas adversas, nomeadamente as chuvas, que afetaram o ritmo das obras.

Para nós, é muito relevante conseguir concluir a OIL dentro deste calendário, o que constitui uma boa notícia.

Posso dar alguns exemplos mais concretos:

No eixo da requalificação do espaço público, da responsabilidade do Município, as intervenções estão em execução;

O Parque de Lazer e Merendas em Águas de Moura, da União de Freguesias, está concluído;

A ampliação da rede de esgotos em Cajados está concluída;

A remodelação da rede de abastecimento de água em Águas de Moura e Fernando Pó está concluída;

A remodelação da rede de abastecimento de água no Bairro da Margaca está concluída;

Os esgotos no Bairro do Palmelão, em Cajados, estão em execução;

A pavimentação da Rua Ezequiel Marques, no Forninho, está concluída;

A pavimentação da Rua Francisco Romão, em Agualva, está concluída;

A pavimentação da Rua da Etiópia está concluída;

A repavimentação da Estrada Municipal 533 e 533-1 também está concluída;

A pavimentação da Rua Vasco da Gama está concluída;

No eixo da cultura e criatividade, várias ações estão concluídas ou em curso;

No eixo da educação, está em conclusão a requalificação da Escola Básica José Saramago, nomeadamente a cobertura do pavilhão e arranjos exteriores;

No eixo da cidadania, continuam em execução ações de sensibilização e projetos de promoção comunitária;

Está também em execução a criação da rede de emprego local a partir do Parque Mário Bento.

No domínio da saúde, a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Águas de Moura ainda não está concluída, devido a alguns ajustes necessários, apesar de a obra estar aparentemente finalizada. Situação semelhante ocorre no Poceirão.

Está ainda em execução a requalificação do edifício sede do Grupo Desportivo da Aroeira.

Por outro lado, estão concluídas várias intervenções, como o Centro Social de Lagameças, a Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó, e o Centro Comunitário de São Pedro.

Está ainda em execução a requalificação da creche das Senhorinhas.

Em termos gerais, cerca de 90% da OIL está executada, prevendo-se a sua conclusão total até ao final do mês de maio.

Relativamente às questões sociais, tomo nota e irei responder com mais detalhe.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Vamos então avançar para o ponto dois, tendo em conta que este não se vota.

Prestação de contas 2025.

Senhora Presidente, tem a palavra.

PONTO 2 – Prestação de Contas 2025

Proposta:

A Prestação de Contas relativa ao ano económico de 2025, documento de execução financeira do Orçamento e Grandes Opções do Plano, foi elaborada de acordo com todas as obrigações legais aplicáveis e com o rigor e detalhe exigíveis para uma adequada compreensão dos resultados económicos e financeiros obtidos, bem como, das atividades desenvolvidas pelos serviços municipais no decurso do ano.

Em termos financeiros a Prestação de Contas 2025 reflete, em termos de valor global, um crescimento das receitas do município de 24,4% face a 2024. Para este aumento contribuiu o aumento IMT, Taxas, Multas e Outras Penalidades, do Passivo Financeiro e outras receitas correntes.

O valor das receitas próprias (sem PIDDAC, Fundos Comunitários e Empréstimos) foi de 80,9 milhões de euros em 2025, verificando-se um crescimento de cerca de 16,8 milhões euros em relação ao registado em 2024.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 39 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 45,8 % do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um aumento de cerca de 10,9 milhões de euros, relativamente ao ano 2024.

As Taxas, Multas e Outras Penalidades, que incluem os Licenciamentos, apresentam um acréscimo de 74,5% (+ 2 milhões de euros, que resulta do aumento do licenciamento de obras no concelho.

As Transferências Correntes apresentam um ligeiro acréscimo de 0,3 % (+cerca de 67 mil euros), que resulta das transferências de competência e da Participação Fixa do IRS.

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de 85,2 milhões de euros e uma despesa de cerca de 77 milhões de euros, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de 8,2 milhões de euros a que acresce o saldo transitado de 2024 no valor de cerca de 8 milhões de euros, transitando para 2026 um saldo de 16,3 milhões de euros.

A taxa de execução da receita situou-se nos 95,9 %, ficando aquém do esperado, nomeadamente em virtude da necessidade de reprogramação de diversas obras financiadas, quer no âmbito da OIL quer no plano da utilização dos empréstimos contratados, deduzindo este desvio a taxa de execução da receita teria sido de 113,1 %.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 77 milhões de euros, mais 7,9 % que no ano 2024, dos quais 44 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 79,4 %.

As despesas com pessoal registam em 2025, comparativamente ao ano anterior, um acréscimo de 1,9 milhões de euros (+6,7 %). Esta situação é resultante, no fundamental, da aplicação e operacionalização de vários diplomas legais de valorização de carreiras e atualização remuneratória que impactam na atualização dos níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória Única, bem como outras medidas de valorização de

carreiras gerais da administração pública e a da aplicação das subidas de escalão resultantes da aplicação do SIADAP.

O valor global das remunerações certas e permanentes pagas em 2025, foi de cerca de 23,4 milhões de euros, enquanto que, 2024 se registou um valor de cerca de 21,8 milhões de euros. O pagamento do trabalho extraordinário e do trabalho efetuado em dia de descanso semanal apresenta um acréscimo de 7,5 %, passando de 838 mil euros em 2024, para 966 mil euros em 2025.

A Aquisição de Bens de Capital, registou um aumento face a 2024 de 7,5 %, em termos absolutos, (+795 mil euros) que se deve, essencialmente, ao volume de investimentos realizados, nomeadamente na construção do Posto da GNR de Poceirão, Centro de Saúde de Quinta do Anjo e várias Obras de Pavimentações, Repavimentações e Requalificações de vias municipais como a Av. Dos Caminhos de Ferro em Palmela e a Estrada Municipal 533.

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços apresenta também um aumento 2,7 milhões de euros (+13,1 %), comparativamente ao ano 2024. Este aumento resulta, essencialmente, no aumento dos pagamentos à AMARSUL e SIMARSUL (+1,5 milhões de euros), aquisição de combustíveis e serviços de limpeza.

As receitas correntes foram superiores ao somatório das despesas correntes com a amortização média dos empréstimos a M/L prazo, dando cumprimento ao equilíbrio orçamental estabelecido na Lei das Finanças Locais.

No final de 2025, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 5,1 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, sendo este praticamente o valor correspondente às dívidas a fornecedores.

Na mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 3,2 milhões de euros, não estando incluídos neste montante as receitas provenientes de impostos municipais.

Assim, propõe-se, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL) aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do documento de Prestação de Contas do Município, relativo ao ano económico de 2025, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea I), do n.º 2, do art.º 25º, do RJAL.

A Sra. Presidente acrescenta os seguintes esclarecimentos:

Relativamente ao ponto da prestação de contas, e apenas para enquadramento e orientação dos senhores membros da Assembleia, acompanho a proposta que foi presente à reunião de Câmara e, em termos sintéticos, vou referir-me aos números e depois a alguns exemplos concretos, para melhor compreensão do documento.

Em termos financeiros, o valor global do ano de 2025 reflete um crescimento das receitas do Município de 24,4% face a 2024.

Para este crescimento foi relevante o aumento do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), bem como algumas taxas, nomeadamente na área dos loteamentos e do urbanismo. As receitas próprias tiveram também um crescimento significativo, na ordem dos 16,8 milhões de euros.

Os impostos diretos atingiram cerca de 39 milhões de euros, representando um aumento de cerca de 10 milhões relativamente ao ano anterior.

As taxas, multas e outras penalidades, que incluem os licenciamentos, apresentam um acréscimo de 74%, ou seja, mais 2 milhões de euros, resultante essencialmente do aumento do licenciamento de obras no concelho.

As transferências correntes apresentaram um ligeiro acréscimo, não sendo particularmente significativo.

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, tivemos uma receita de cerca de 85,2 milhões de euros e uma despesa de cerca de 77 milhões de euros, o que resulta num saldo orçamental de 8,2 milhões de euros. A este valor acresce o saldo transitado de 2024, de cerca de 8 milhões de euros, pelo que o saldo transitado para o orçamento de 2026 é de 16,3 milhões de euros.

A taxa de execução da receita foi de 95,9%, ligeiramente abaixo do esperado, o que se relaciona com a utilização de alguns empréstimos e com atrasos na execução de obras da OIL. Se essas obras tivessem sido concluídas mais cedo, a execução da receita seria ainda superior.

Na despesa, foram efetuados pagamentos no valor de 77 milhões de euros, mais 7,9% do que no ano anterior. Deste valor, 44 milhões de euros estão afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade da despesa total.

A taxa de execução de pagamentos foi de 79,4%.

As despesas com pessoal registaram um aumento de 1,9 milhões de euros, ou seja, 6,7%, resultante essencialmente dos mecanismos de valorização de carreiras e atualização remuneratória na Administração Pública.

O valor das remunerações certas e permanentes atingiu 23,4 milhões de euros, superior ao do ano anterior.

Na aquisição de bens de capital, verificou-se um aumento de 7,5%, associado ao volume de investimento realizado, nomeadamente na construção do posto da GNR, no Centro de Saúde de Quinta do Anjo e em diversas obras de pavimentação, repavimentação e requalificação de vias municipais.

Na aquisição de bens e serviços, houve um aumento de 2,7 milhões de euros, ou seja, mais 13% face ao ano anterior, com impacto significativo dos pagamentos à Águas do Montijo e à SIMARSUL.

As receitas correntes foram superiores ao somatório das despesas correntes e da amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo, pelo que se cumpre integralmente a regra do equilíbrio orçamental prevista na lei.

Em termos legais, ao abrigo da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, não existe qualquer valor de faturas em atraso, existindo apenas pagamentos em conferência a fornecedores.

Podemos, assim, afirmar que a situação financeira do Município é bastante confortável. Existem ainda dívidas a receber de natureza diversa, no valor de 3,2 milhões de euros.

Como exemplos de investimentos relevantes, destacam-se o posto da GNR do Poceirão, a unidade de saúde de Quinta do Anjo e a inauguração do pavilhão municipal da Escola Secundária de Palmela.

O Município lançou também, junto do Ministério da Administração Interna, a proposta de cedência de terreno para a criação de um posto da GNR na zona das Marquesas, considerando-se uma necessidade importante.

Foram igualmente desenvolvidas várias ações de pressão e sensibilização para a requalificação das estradas nacionais EN379 e EN252.

Regista-se ainda um apoio próximo de 1 milhão de euros aos corpos de bombeiros do concelho, o que é fundamental para o funcionamento das três associações.

Na área da educação, foram realizadas intervenções em todas as freguesias do concelho, abrangendo diversos agrupamentos de escolas.

Na saúde, foi concluída a empreitada de reabilitação da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Pinhal Novo, realizada uma intervenção na USF Santiago, em Palmela, e iniciadas intervenções em Águas de Moura e no Poceirão.

Destaca-se ainda a instalação de ar condicionado em vários equipamentos municipais, no âmbito das melhorias em curso.

Convido os senhores membros da Assembleia a consultarem a prestação de contas, em particular o relatório de atividades, pois os níveis de execução, quando vistos de forma isolada, podem não refletir plenamente o trabalho desenvolvido.

Disse, Senhor Presidente.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Pergunto se alguma das bancadas pretende fazer questões relativamente a este documento que também já tinha sido distribuído previamente.

Então, pela ordem, Partido CHEGA, Jorge Faria.

O Sr. Jorge Faria do CH:

Boa noite mais uma vez.

De forma sucinta, e devido à hora, vou tentar ser breve.

A receita aumentou de forma expressiva e a despesa cresceu menos, o que resulta num saldo acumulado de 16,3 milhões de euros, que transita para 2026.

Este ano, com as intempéries, acabámos por ter uma almofada financeira positiva para 2026.

No entanto, este valor revela uma certa incapacidade de execução do planeado, com uma taxa de execução da despesa de 79,45%, um dos valores mais baixos dos últimos anos. No investimento, a execução situa-se nos 49,4%, ou seja, cerca de metade do investimento previsto não se concretizou, o que é preocupante para o concelho.

A despesa corrente aumentou, nomeadamente 6,7% em pessoal e 13,1% em bens e serviços. Parece haver menos obra e menos investimento, em contraste com uma estrutura de despesa fixa crescente.

O Município torna-se cada vez mais dependente de receitas elevadas para manter o seu funcionamento, o que merece atenção.

O crescimento das receitas está muito dependente do IMT, ou seja, do mercado imobiliário, o que não nos parece estruturalmente sustentável a médio e longo prazo.

O aumento das dívidas a fornecedores praticamente duplicou. Pode ser entendido como uma forma indireta de financiamento, ou como sinal de uma gestão menos cuidada. É certo que não existem pagamentos em atraso, o que é positivo, mas o crescimento da dívida merece acompanhamento.

A contratação pública apresenta valores relevantes em ajustes diretos, o que exige maior acompanhamento e escrutínio.

Existem cerca de 9 milhões de euros de PRR, com situações de execução nula em alguns casos, o que é preocupante e representa uma oportunidade perdida para o concelho.

Em conclusão, com as verbas em causa, a população deveria ter sentido um impacto mais significativo da execução orçamental. Estes números podem também indiciar algumas fragilidades estruturais na organização do Município.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

PPD/PSD.CDS-PP.

A Sra. Yolanda Silva do PPD/PSD.CDS-PP:

Obrigada, senhor Presidente.

Cumprimentar todos novamente.

A prestação de contas, como se sabe, é o documento de execução financeira do orçamento e das Grandes Opções do Plano.

Quanto ao orçamento, inicialmente foi aprovado no montante de 83 milhões de euros. Com a inclusão do saldo de gerência cerca de 8 milhões de euros transitados de um ano para o outro e outros ajustamentos, nomeadamente transferências do Orçamento do Estado, participação de fundos externos e passivos financeiros, o orçamento final atingiu uma dotação de 97 milhões de euros.

As receitas cresceram 24,4% face a 2024. O documento refere que os impostos diretos e indiretos contribuíram significativamente para esse crescimento.

Só em impostos diretos foram arrecadados cerca de 39 milhões de euros, correspondendo a quase 50% da receita total.

As taxas, multas e outras penalidades atingiram o valor de 4,7 milhões de euros, representando 5,6% da receita total, ou seja, mais 2 milhões de euros face a 2024.

Por outro lado, as transferências correntes representam 28,4% da receita total, sendo que a transferência do Orçamento do Estado representa 23,3%, ou seja, cerca de 19,8 milhões de euros. Destaca-se aqui a participação no IRS, com um aumento de 448 mil euros.

Isto demonstra a possibilidade de devolução parcial do IRS aos munícipes, proposta que tem sido apresentada pelo PSD e sucessivamente chumbada. Pergunto, portanto, se, com os valores arrecadados em impostos e taxas, não seria possível devolver aos munícipes parte desse IRS. Consideramos que este é um exercício que deve ser feito em conjunto.

No entanto, este valor final do orçamento que se traduz em mais de 14 milhões de euros teve pouco impacto nas despesas de capital, que aumentaram cerca de 5 milhões de euros, em detrimento das despesas correntes, que aumentaram cerca de 9 milhões de euros.

No fundo, este acréscimo orçamental pouco se refletiu em investimento, nomeadamente em obras ou aquisição de património. O que se verifica é, sim, um aumento da despesa corrente e menos investimento.

O Sr. Presidente da Mesa:

Peço só um bocadinho de capacidade de síntese, por favor.

A Sra. Yolanda Silva do PPD/PSD.CDSA-PP:

Pronto, todos naturalmente...

Peço desculpa, mas é um assunto importante. Tenho muitos números a apresentar e não vou abdicar.

O Sr. Presidente da Mesa:

Eu consigo compreender isto, mas se todas as bancadas aqui tiverem 30 ou 40 minutos, quer dizer, isto tem que ser proporcional. Portanto, peço é que consiga ter alguma capacidade de síntese.

Não só o PSD, estou eu estou a referir-me a todos os partidos.

Só isso.

A Sra. Yolanda Silva do PPD/PSD.CDS-PP:

Relativamente às Grandes Opções do Plano, com uma dotação inicial de 50,7 milhões de euros e uma dotação final de 59,6 milhões de euros, registaram uma execução de apenas 44 milhões de euros.

As Grandes Opções do Plano estão estruturadas em quatro funções.

Quanto às funções gerais, registou-se uma execução de 73,87%. Na área da segurança e ordem pública, a execução foi de 61,2%.

Nas funções sociais, a execução foi de 74,49%, sendo que, na área da educação, ficou pelos 82,27%.

Deixo aqui um reparo relativamente à construção e ampliação do parque escolar, que registou uma execução de 57,46%. Existia uma dotação de 1,2 milhões de euros e a execução ficou em cerca de 700 mil euros.

Na saúde, a execução ficou pelos 57,77%, muito aquém do expectável. Na habitação, registou-se uma execução de 54,8%, com uma dotação de 1 milhão de euros e uma execução inferior a 700 mil euros.

A recuperação e revitalização do Centro Histórico de Palmela ficou pelos 40,29%.

Na área do saneamento, a execução foi de 65,66%.

O Sr. Presidente da Mesa:

Peço por favor que abrevie.

A Sra. Yolanda Silva do PPD/PSD.CDS-PP:

Senhor Presidente, peço desculpa, mas nós estamos aqui para apresentar ao público que nos acompanha. Não posso abdicar de intervir num tema tão importante.

Senhor Presidente, em primeiro lugar, estou a falar. Estou a falar e, depois, se quiser, faz a sua questão. Neste momento, estou a falar e fui interrompida, eu fui interrompida.

O Sr. Presidente da Mesa:

É só ler o Regimento. Quem modera os trabalhos é o Presidente da Assembleia. E, portanto, naturalmente, tem a palavra para falar, como todos os partidos. O que eu peço é que consiga abreviar aquilo que pretende dizer, tal como se pede a todos os partidos. Só isso.

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:

Posso, Senhor Presidente?

É para referir que a bancada do PPD/PSD.CDS-PP vai abandonar os trabalhos, porque não é admissível deixar chegar uma Assembleia até à meia-noite, não quer que ela seja interrompida, querer a sua e não haver a sua continuação e num ponto que é fundamental estar a querer coartar o tempo desta maneira.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito bem. Relativamente a isso, a continuidade dos trabalhos é votada a partir da meia-noite. Os partidos políticos têm tempos distribuídos da forma mais equitativa possível, naturalmente. Agora, não podemos ter intervenções "ad eterno", porque tem de existir equidade para que todos possam intervir, sob pena de os trabalhos não conseguirem chegar ao seu devido término. É isso.

Muito bem. Registo mais um pedido de intervenção, creio que da bancada do Partido Socialista, e depois da CDU.

Peço o mesmo que também solicitei ao PPD/PSD-CDS-PP: que consigam ter aqui alguma capacidade de síntese naquilo que vão dizer. A democracia funciona com base naquilo que é a maioria. A maioria decidiu avançar com os trabalhos. Se o PPD/PSD-CDS-PP quiser abandonar, é livre de o fazer; é um direito que lhes assiste. Agora, tem de respeitar aquilo que é a decisão democrática da maioria e, portanto, é isso que me cabe enquanto Presidente da Assembleia Municipal. É assim que irei gerir os trabalhos: com equidade, com base também naquilo que é a decisão da maioria e, portanto, é tão simples quanto isto. E que fique registado que é exatamente assim.

A Sra. Dulce Nascimento do PS:

Mais uma vez cumprimento a todos e a todas.

O Partido Socialista considera este documento, um documento muito técnico e de difícil consulta para o cidadão comum, mas trata-se de uma ferramenta útil para a contabilidade e gestão do município.

Assim sendo, nós temos aqui duas questões para colocar à excelentíssima Senhora Presidente e ao executivo.

Uma prende-se com a questão de a taxa de execução. Portanto, queremos saber o motivo de a taxa de execução ser tão baixa, tendo atingido apenas 49% e não os 100% como previsto inicialmente.

E a segunda questão prende-se e efetivamente com a despesa corrente uma vez que eh apresenta aqui uma pressão crescente, nomeadamente na aquisição de bens e serviços, onde é explicado, onde foi explicado que tinha a ver aqui com o acréscimo de pagamentos à Simarsul.

Este acréscimo de pagamentos tem a ver com uma revisão de contratos, renegociação de contratos. Portanto, queríamos ver estas duas questões esclarecidas relativamente aqui ao documento em causa.

O PS não tem efetivamente fundamento estrutural para votar contra a prestação de contas de 2025, logo não iremos inviabilizar e, portanto, aqui o documento apresentado.

Tenho dito muito obrigada.

O Sr. Presidente da Mesa:

Obrigado por ter sido também conciso.

CDU.

O Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

Senhor Presidente, a nossa intervenção também será, de facto, muito curta.

Olhando para o documento, encontramos uma prestação de contas cujo desempenho foi globalmente positivo.

Ao nível da execução orçamental, compreendemos que nem sempre é fácil executar tudo aquilo que está previsto, muitas vezes por motivos externos à Câmara Municipal. Temos de nos lembrar de que, neste momento, por exemplo, o custo da construção no nosso país tem vindo a subir constantemente. É natural que haja muitas empreitadas que fiquem desertas de concorrentes e que os próprios concorrentes se retraiam um pouco, aguardando que sejam lançados novos concursos com valores mais elevados.

Mas, pronto, a verba também transita para o ano seguinte, pelo que não será por aí.

Olhamos para este orçamento como um orçamento de contas certas, certamente muito técnico, mas elaborado com muito rigor e adequado à realidade do nosso concelho.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Peço aos membros que se encontram na sala que se sentem, porque vamos proceder à votação.

Não sei se a Senhora Presidente pretende ainda dizer alguma coisa, mas creio que isto assentou muito naquilo que foram declarações políticas e não tanto na formulação de perguntas.

A Sra. Presidente da Câmara:

Senhor Presidente, desculpe.

De qualquer maneira, e tentando não perturbar mais a Assembleia, importa ainda assim sublinhar o seguinte.

Relativamente a este documento, continuamos a falar de níveis de execução. Há pouco, a Senhora Membro da Assembleia referiu um indicador que diz respeito apenas ao Plano Plurianual de Investimentos, não é? Porque, em relação ao conjunto da taxa de execução da despesa, essa foi de 79,4%.

Ainda assim, e foi essa a taxa que chegou também a ser criticada. Sobre isso, na reunião de Câmara, eu quis deixar uma nota: nós continuamos com um índice de concretização que, embora tenha sido efetivamente o mais baixo do mandato, continua a situar-se dentro daquilo que é normal e aceitável.

Foi pedido aos serviços que fizessem um levantamento comparativo com outros municípios, de forma relativamente aleatória, e verificou-se que, não sendo dos melhores indicadores, continua a ser um bom indicador de execução e uma boa taxa de execução.

É claro que quanto mais obras temos e este mandato teve, de facto, de gerir muitas obras, desde logo todas aquelas que referi há pouco no caso da OIL, e outras para além dessa, quanto mais procedimentos temos de desenvolver e quanto mais concursos lançamos, maior é também a dificuldade em garantir que todos os prazos sejam cumpridos exatamente como previsto.

Já foi aqui dito, e é verdade: há concursos que ficam desertos e que têm de ser repetidos; nalguns casos, aconteceu até três vezes. Há também pequenas alterações que, em obras de grande vulto, acabam por representar atrasos no pagamento e têm impacto significativo.

Encontramos aqui três ou quatro obras que representam vários milhões de euros. Refiro, por exemplo, a obra do edifício Espaços do Concelho, o quartel da GNR, o Centro de Saúde de Quinta do Anjo e a Ribeira da Salgueirinha. Só nestes quatro exemplos estão envolvidos mais de dois milhões de euros em obra.

Estamos a falar, justamente, de situações de atraso que, em geral, são absolutamente alheias à Câmara Municipal e resultam do próprio procedimento concursal e, portanto, se não conseguimos concretizar a obra dentro do prazo inicialmente previsto, é evidente que isso tem uma consequência direta na execução financeira, que depois se traduz nesta taxa de execução aqui referida, próxima dos 80%.

E era isso que eu queria sublinhar: há muitos municípios com taxas de execução na ordem dos 70%, muitos, e há também casos abaixo disso.

Era essencialmente esta a nota que queria deixar.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Vamos passar então à votação que tem de ser feita em minuta.

Aprovado por maioria, com dezassete votos a favor (dez do PS e sete da CDU), sete votos contra do CHEGA, e uma abstenção do Nuno Alexandre Milheiras Carvalho do CHEGA.

O Sr. Presidente da Mesa:

Ponto 3, Carta Educativa do Conselho de Palmela 2025/2035.

Senhora Presidente, tem a palavra.

PONTO 3 - Carta Educativa do Concelho de Palmela 2025/2035

Proposta:

A Carta Educativa constitui, ao nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo da rede de edifícios e equipamentos educativos a implantar no território, em função das necessidades de educação e formação a satisfazer, visando a otimização dos recursos educativos, no quadro da evolução demográfica e do desenvolvimento socioeconómico do concelho.

Assim, e em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, foi elaborada a Carta Educativa do concelho de Palmela para o período 2025–2035, enquanto instrumento de planeamento estratégico municipal orientado para a promoção da igualdade de oportunidades educativas e da coesão social territorial. O documento estrutura-se em três componentes fundamentais: (i) enquadramento político, legislativo, teórico e metodológico; (ii) diagnóstico do concelho e (iii) definição de propostas de intervenção para o período de vigência (2025–2035), organizadas em quatro eixos — edifícios e equipamentos; ofertas educativas e formativas; promoção do sucesso escolar e redes educativas com todos e para todos.

Elaborada com base no guião orientador preconizado pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação, e em articulação com a política integrada do Município, bem como com as orientações regionais e nacionais, a

Carta Educativa do concelho de Palmela obteve, em 23 de setembro, parecer favorável do Conselho Municipal de Educação e, em 11 de novembro, pronúncia favorável do referido Ministério.

Posteriormente, o documento foi apresentado ao executivo municipal, em reunião realizada a 10 de fevereiro, e aos líderes dos grupos municipais da Assembleia Municipal, em reunião realizada a 20 de fevereiro, tendo sido incorporados os contributos recolhidos nesses momentos, de natureza não substancial, que não alteram o conteúdo material objeto de parecer e pronúncia anteriormente emitidos.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, bem como na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal de Palmela delibere submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a Carta Educativa do concelho de Palmela 2025–2035, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta.

A Sra. Presidente acrescenta os seguintes esclarecimentos:

A Carta Educativa constitui, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento da rede de edifícios e equipamentos educativos a implementar no concelho, em função das necessidades educativas identificadas.

A Carta Educativa do concelho de Palmela para o período 2025–2035 foi desenvolvida ainda no mandato passado. O documento tem três componentes fundamentais: uma de enquadramento político, legislativo, teórico e metodológico; outra de diagnóstico do concelho; e uma terceira de definição de propostas de intervenção para este período.

Foi elaborada de acordo com o guião preconizado pelo Ministério da Educação e articulada, naturalmente, com as orientações nacionais e regionais e, por outro lado, com a visão que a própria Câmara Municipal e os parceiros locais têm para o tema da educação no nosso concelho.

Foi assim que obteve, em 23 de setembro, parecer favorável do Conselho Municipal de Educação e, em 11 de novembro, pronúncia favorável do Ministério do Ambiente.

Só depois disso é que o documento foi apresentado ao Executivo Municipal, entretanto já ao novo Executivo, que tomou posse no dia 10 de fevereiro, e também aos líderes dos grupos da Assembleia Municipal, no dia 20 de fevereiro.

Foram incorporados alguns contributos, nomeadamente ao nível da apresentação do documento, não alterando a sua natureza nem o conteúdo material que tinha sido objeto de parecer e de pronúncia anteriormente emitidos.

Nesse sentido, retoma-se agora a sua apresentação aos novos órgãos autárquicos para a respetiva deliberação.

Obrigada, Senhor Presidente.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Dar também nota de que a Câmara Municipal, pela Senhora Presidente, apresentou igualmente a Carta Educativa, designadamente aos membros da Comissão de Educação e também aos líderes de bancada. Portanto, foi um documento debatido, e importa também assinalar esse facto.

Pergunto, então, se alguma das bancadas pretende usar da palavra relativamente a este ponto. Partido Socialista.

A Sra. Maria Clara Félix do PS:

Boa noite, vou ser o mais breve possível.

Quero começar por agradecer a disponibilidade que o Executivo teve para explicar o documento e para ouvir as propostas que foram feitas na reunião com os líderes de bancada e com os elementos da Comissão de Educação, Cultura, entre outros. Esse é o meu primeiro agradecimento.

Quero também reconhecer e isto foi igualmente trabalhado no âmbito da Comissão de Educação que o documento cumpre as orientações do guião do Ministério da Educação. Com as alterações introduzidas, também se verificou uma melhoria no texto: uma escrita mais cuidada, mais uniforme. Foram eliminadas partes que não contribuíam para o objetivo do documento e que, aliás, desviavam a atenção do leitor.

Ainda assim, reconhecemos que poderiam ter sido feitas outras alterações, para além das que foram introduzidas, e que teriam sido bem-vindas.

Continuamos a considerar que a falta de um glossário se faz sentir. Há muitas siglas ao longo do documento, e isso dificulta a leitura. Também não é totalmente evidente a relação entre a avaliação feita à primeira Carta Educativa a Carta Educativa de primeira geração e esta proposta agora apresentada.

Há ainda alguns conceitos que poderiam beneficiar de clarificação, como educação formal, não formal e informal. Talvez isso pudesse constar precisamente desse glossário.

Isso faz com que, por exemplo, na página 13, não fique totalmente claro quem são os representantes das entidades promotoras da educação não formal e informal.

Na caracterização da população, percebe-se claramente que a faixa mais representativa no nosso concelho é a população adulta em idade ativa. Admite-se também que existe um número significativo de trabalhadores com baixos níveis de escolaridade. Refiro, por exemplo, assistentes operacionais nas escolas, entre outros técnicos.

Percebe-se igualmente que o analfabetismo continua presente e que a sua maior incidência continua, infelizmente, a verificar-se entre as mulheres.

Queria também assinalar que, nesta versão da Carta, foi retirada uma parte da explicação dos gráficos que tornava essa leitura mais clara. Essa informação estava mais explícita na versão anterior.

Os encarregados de educação apresentam, em média, níveis de escolaridade inferiores ao 12.º ano. Existem também taxas elevadas de abandono escolar.

Digo isto para sublinhar o seguinte: ao longo destas 251 páginas não se identifica uma preocupação particularmente forte com a população adulta, e consideramos que este é um tema que merece maior atenção. Apostar na formação ao longo da vida ajudaria a preparar melhor os adultos para os desafios atuais.

Hoje não há empregos para a vida inteira, hoje as pessoas têm emprego; amanhã podem não ter, e, se tiverem mais competências e oportunidades de formação contínua, estarão mais bem preparadas. Isso contribui para uma sociedade mais capacitada.

Vou avançar.

Relativamente às tabelas finais, nomeadamente nas páginas 230 e seguintes, consideramos que não existem metas suficientemente mensuráveis. Há ações que não apresentam uma monitorização clara ao longo dos dez anos, e isso também poderia ter sido mais bem trabalhado.

Há ainda uma questão que nos suscita alguma dúvida, e que discutimos inclusivamente na Comissão, com a presença da Senhora Vereadora: não percebemos bem como é que o planeamento é definido para o período 2025–2035 quando esta Carta está a ser aprovada agora, a 29 de abril de 2026.

Gostaria também de realçar que as atuais associações de pais manifestaram o seu descontentamento por não terem sido ouvidas neste mandato autárquico.

São elas que vão ser parceiras das escolas e entendem que já decorreu tempo suficiente para que tivesse sido constituído um novo Conselho Municipal de Educação que lhes permitisse participar e dar voz às suas preocupações.

É certo que as anteriores associações foram ouvidas no anterior Conselho Municipal de Educação, em 2025. Mas, neste momento, são outros pais, outras mães, e são os filhos destes que estão hoje nas escolas são as nossas crianças e estes pais e estas mães gostariam de ter sido ouvidos neste processo.

Termino dizendo que Palmela podia e merecia ter uma Carta Educativa melhor e mais ousada e falo em ousadia porque a educação é futuro, e, portanto, esta carta tem uma vigência de 10 anos, precisávamos de ter tido uma visão maior e melhor, mais arrojada.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Mais algum pedido de intervenção?

Não registando, Senhora Presidente, não sei se pretende responder.

A Sra. Presidente da Câmara:

Em primeiro lugar, desejo, acima de tudo, agradecer os contributos, porque, de facto, esses contributos melhoraram o documento. E esses contributos resultam, efetivamente, por um lado, das reuniões de trabalho de apresentação com os senhores vereadores e, por outro, das reuniões realizadas com os membros da Assembleia Municipal, da comissão especializada e dos líderes de bancada, tal como referiu o senhor Presidente da Assembleia.

Contámos ainda com a participação especial de alguns dos senhores membros da Assembleia e consideramos, de facto, que o documento foi melhorado. Os nossos serviços começaram justamente por reconhecer que alguns aspetos não correspondiam totalmente às vossas expectativas. Contudo, do ponto de vista formal, não existe qualquer reparo que, nesta fase, nos pareça justificável fazer.

Vejamos. A Carta Educativa foi discutida principalmente durante o ano de 2025. No entanto, começou a ser elaborada em 2024. Aliás, tenho aqui uma nota: o processo foi ainda iniciado em 2023, com o procedimento de contratação de serviços. Porém, o início efetivo dos trabalhos ocorreu em maio de 2024. Em julho de 2025 foi entregue a versão final do documento.

Naturalmente, durante esse período realizaram-se muitas reuniões de trabalho entre os serviços e os eleitos que, à data, acompanhavam este tema. Posteriormente, em 23 de setembro de 2025, já muito próximo do ato eleitoral, foi emitido o parecer favorável, por unanimidade, do Conselho Municipal de Educação. Só a 11 de novembro foi emitida a pronúncia favorável do Ministério da Educação. Embora tenha sido solicitada anteriormente, essa pronúncia apenas chegou nessa data.

Ora, é evidente que o anterior executivo não poderia ter submetido o documento aos órgãos autárquicos que ainda se encontravam em funções dentro do respetivo mandato. Com a transição para este novo mandato, é naturalmente nosso dever avançar com este processo. Aliás, necessitamos deste instrumento para gerir e para continuar a trabalhar em diversas candidaturas.

Recordo que temos candidaturas muito importantes relacionadas com escolas consideradas prioritárias. Não de prioridade um, mas de prioridade dois, relativamente às quais depositamos grandes expectativas de intervenção, nomeadamente nas escolas dos 2.º e 3.º ciclos de Capelo e José Maria dos Santos. Para isso, é fundamental dispormos de uma Carta Educativa aprovada.

Neste momento, compreendo algum desapontamento por parte das novas associações de pais. Contudo, diria que teremos todas as condições para acolher os seus contributos durante o processo de monitorização da própria Carta. Certamente não iremos esperar dez anos para proceder a atualizações. A menos que ocorra uma alteração muito significativa das dinâmicas previstas para o concelho, entendemos que iremos acompanhar permanentemente a execução da Carta, propondo contributos e alterações sempre que necessário.

Assim, as associações entretanto eleitas terão já oportunidade de participar nesse trabalho.

Do ponto de vista formal, nada impedia que déssemos continuidade ao processo nos termos em que se encontra. Aliás, o objetivo é precisamente concretizar a aprovação da Carta Educativa.

A senhora vereadora referiu ainda uma questão importante: o glossário foi elaborado de acordo com a sugestão que tinha sido apresentada. Não foi possível incluí-lo a tempo da reunião de Câmara, mas constituirá um instrumento útil para todos. Não tendo integrado a documentação da reunião de Câmara, naturalmente não poderia agora acompanhar os documentos da Assembleia Municipal. Ainda assim, será um importante instrumento de trabalho para todos aqueles que irão acompanhar a Carta Educativa após a sua aprovação e durante a sua implementação.

Termino agradecendo novamente todos os contributos.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Vamos passar à votação, então votar a carta educativa do Conselho de Palmela 2025/2035.

Aprovado por maioria, com nove votos a favor (dois do PS – João Miguel Estróia Vieira e Álvaro Leonel Passos Rebelo e sete da CDU) e quinze abstenções (sete do CHEGA e oito do PS).

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigada.

Mais algum pedido de intervenção?

Antes de terminar os trabalhos, queria apenas deixar uma breve nota relativamente ao decorrer desta sessão.

No artigo 12.º do nosso Regimento constam os deveres dos membros da Assembleia Municipal. Um desses deveres é comparecer à hora marcada para o início da reunião, assinar a lista de presenças e permanecer até ao final dos respetivos trabalhos. Outro dever é participar nas discussões e nas votações. Outro ainda é respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus membros. Finalmente, é também dever de os membros contribuir, com diligência, para a eficácia e o prestígio dos trabalhos da Assembleia Municipal e, em geral, para a observância da Constituição e das normas legais em vigor.

Portanto, é preciso respeitar a cultura democrática. Quando vemos partidos a abandonar a sessão a meio, depois de ter sido democraticamente votado e maioritariamente decidido que os trabalhos deveriam prosseguir, isso não revela respeito por esta Assembleia.

Peço desculpa por ter de fazer esta observação, mas a dignidade desta Assembleia merece respeito. Trata-se de um órgão institucional e, naturalmente, os seus membros têm deveres. Por isso, deixo a nota de que os leiam atentamente, porque nesta Assembleia não existem apenas direitos; existem também deveres.

Dito isto, dou por encerrada a sessão.

Quero desejar uma boa noite a todos, uma boa noite a quem nos acompanha em casa e até à próxima.

Não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas e cinquenta e cinco minutos do dia trinta de abril de dois mil e vinte e seis, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Diamantino de Sousa Pereira**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.”

O Presidente

João Pedro Marçal Fialho Perdigão leitão
O Primeiro Secretário

Diamantino de Sousa Pereira